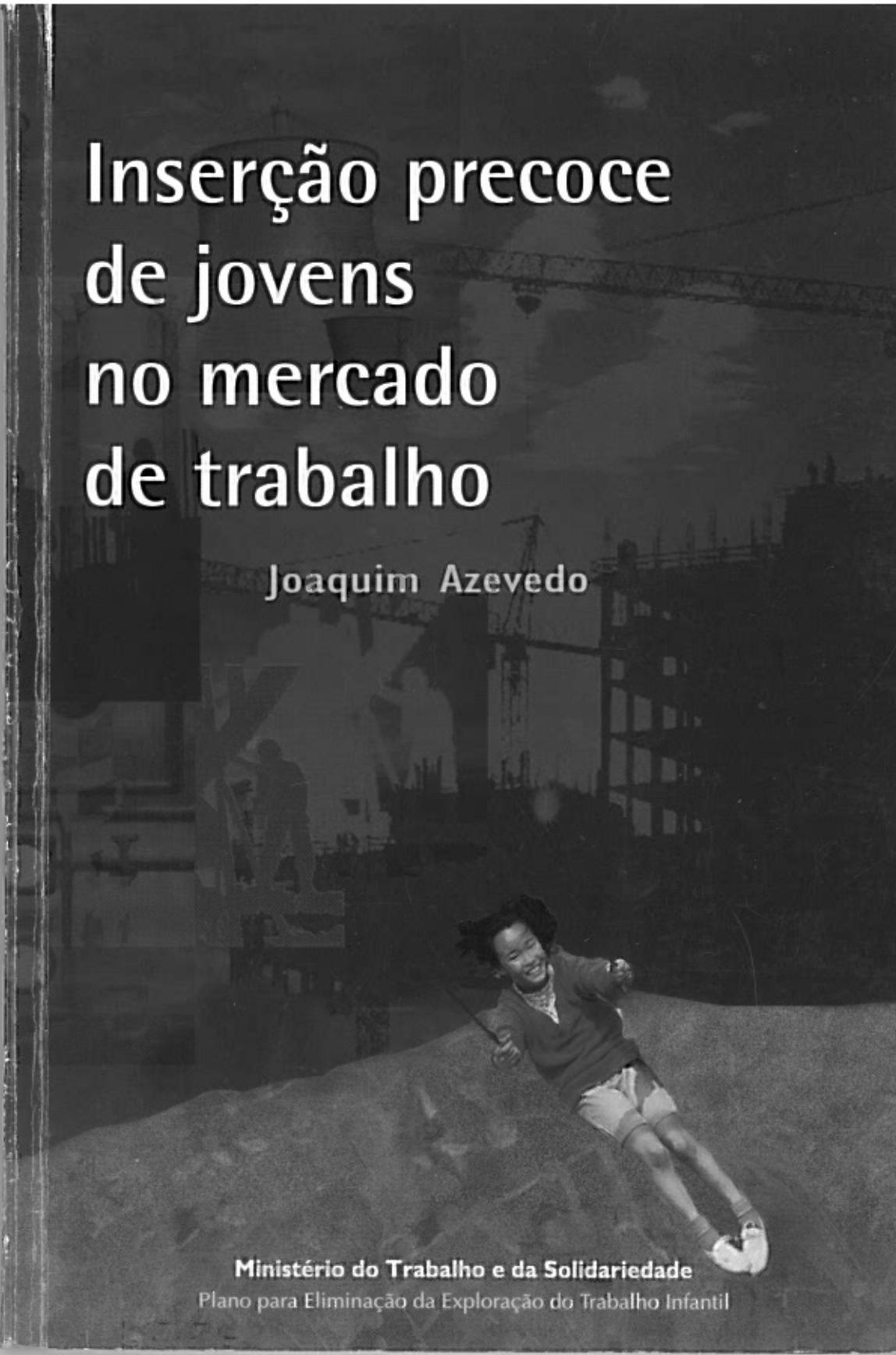


Inserção precoce de jovens no mercado de trabalho

Joaquim Azevedo

A black and white photograph of a young child lying on their back on a large pile of sand. The child is smiling and looking towards the camera. In the background, the skeletal structure of a building under construction is visible, with cranes and other construction elements. The overall scene is dimly lit, suggesting an overcast day or a shaded area.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil



Título:
Inserção precoce de jovens no mercado de trabalho

Autor:
Joaquim Azevedo

Edição:
PEETI - Plano para Eliminação
da Exploração do Trabalho Infantil

Colecção Cadernos PEETI-Volume I

Lisboa, Julho de 1999

153 x 230 mm, 84 p.

2000 exemplares

ISBN- 972-98241-0-X

© Plano para Eliminação da Exploração
do Trabalho Infantil, Portugal, 1999
Reservados todos os direitos.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida
ou transmitida sob qualquer forma e por qualquer meio,
sem prévia autorização do Editor.

Design:
Pedro Gomes

Produção Gráfica:
Arte & Serviços, Lda.

Depósito Legal nº

INSERÇÃO PRECOCE DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

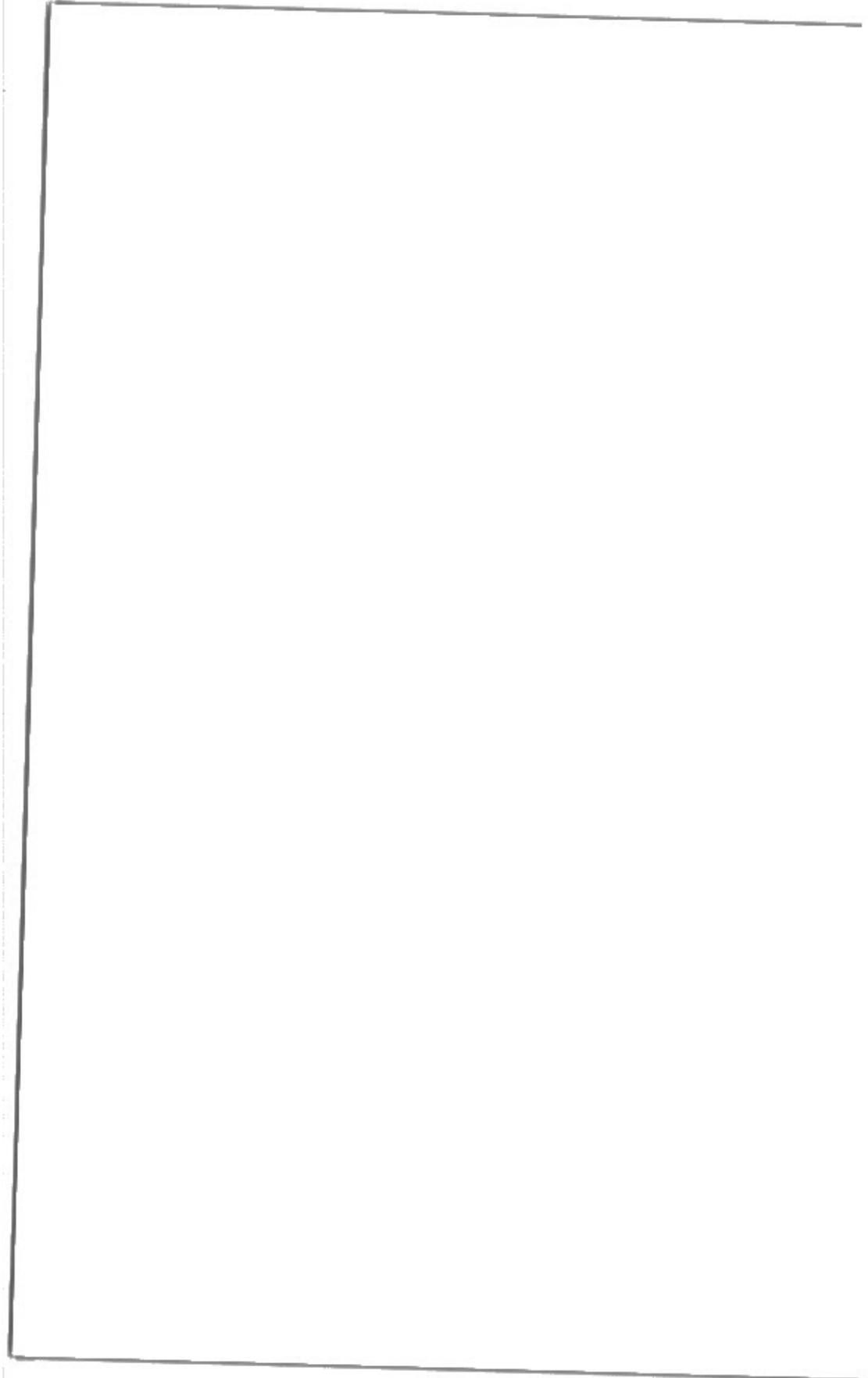
PEETI

Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil



SUMÁRIO

Introdução	7
I	
RELEVÂNCIA SOCIAL E ANALÍTICA DO PROBLEMA E OPÇÕES METODOLÓGICAS	
• Apresentação	11
• Uma problemática em foco	12
• Deste cais não partiremos	13
• Abandonos e saídas do sistema de ensino e de formação	17
• O número de abandonos por ano	21
• Assimetrias regionais	23
• Opções metodológicas	27
• Caracterização das famílias inquiridas	32
II	
RESULTADOS DOS INQUÉRITOS ÀS FAMÍLIAS	
• Caracterização da população jovem abrangida	35
• A origem socioeconómica e o abandono escolar precoce	44
• A entrada no mundo do trabalho e no emprego	52
• O nível socioeconómico e a inserção laboral	63
• Condições em que se processa o trabalho	69
• O contacto com o Centro de Emprego e o eventual retorno aos estudos	73
III	
BREVE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	77
BIBLIOGRAFIA	83



INTRODUÇÃO

Um estudo recentemente elaborado pelo Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, e pela Organização Internacional do Trabalho, revela que existem ainda no nosso país, alguns milhares de situações de exploração de trabalho infantil. Embora os números revelados por esta investigação se situem, a uma distância abismal, das estimativas postas a circular no país e no estrangeiro, esta é uma realidade social infra-humana que vamos continuar a combater.

Este combate à exploração do trabalho infantil tem merecido particular atenção do Governo. Todos sabemos que, felizmente, o número de casos tem vindo a diminuir. As crianças estão cada vez mais, onde devem estar a trabalhar; na escola. Mas, também sabemos que permanecem vivos certos fenómenos sociais que interactivam com o trabalho infantil e muito contribuem para a sua persistência. O abandono escolar precoce é, sem dúvida, um, dos mais graves, pois em geral precede uma integração social pessoalmente injusta e inferiorizante.

Este estudo incide exactamente sobre a realidade preocupante da saída prematura e desqualificada da escola e procura interrogar os porquês da resistência à permanência prolongada na escola por parte de alguns núcleos de famílias. Aponta-se aqui para uma explicação sociológica que dá primazia a uma leitura complexa e cruzada de quatro realidades que se interrelacionam dentro de um quadro social indutor de exclusão social: a procura de mão-de-obra barata e indiferenciada, por parte de um conjunto de empregadores, a existência de famílias muito pobres e com baixos níveis de escolarização, que lançam mãos do trabalho dos filhos para equilibrar o orçamento familiar, o abandono escolar muito prematuro,

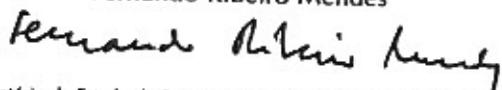
fruto de uma incompatibilidade entre o contexto escolar e as crianças desses meios, que mutuamente se rejeitam e, finalmente, as expectativas das próprias crianças e adolescentes, que preferem uma afirmação e integração pessoais pela via do trabalho.

Esta leitura permite-nos situar de modo mais integrado e sistemático as intervenções políticas que importa desenvolver. A eliminação da exploração do trabalho infantil é uma causa nacional, que diz respeito a todos os actores sociais, pois dela dependem o bem-estar de muitos portugueses, uma visão mais moderna da economia nacional e a imagem de Portugal no mundo. A gravidade dos números e dos factos aqui evidenciados requerem de autarcas, empresários, párocos, professores e directores de escolas, de centros de emprego e de formação profissional, associações de pais e organismos de desenvolvimento local, a continuidade e o reforço de uma acção concertada e eficaz de prevenção do abandono escolar precoce e desqualificado.

Conhecer para intervir é uma das linhas de força do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil. Este estudo é o primeiro de uma linha de investigação que estamos a promover e que será suporte de acções concertadas, conducentes à eliminação, em Portugal, da exploração de crianças, através da sua força de trabalho.

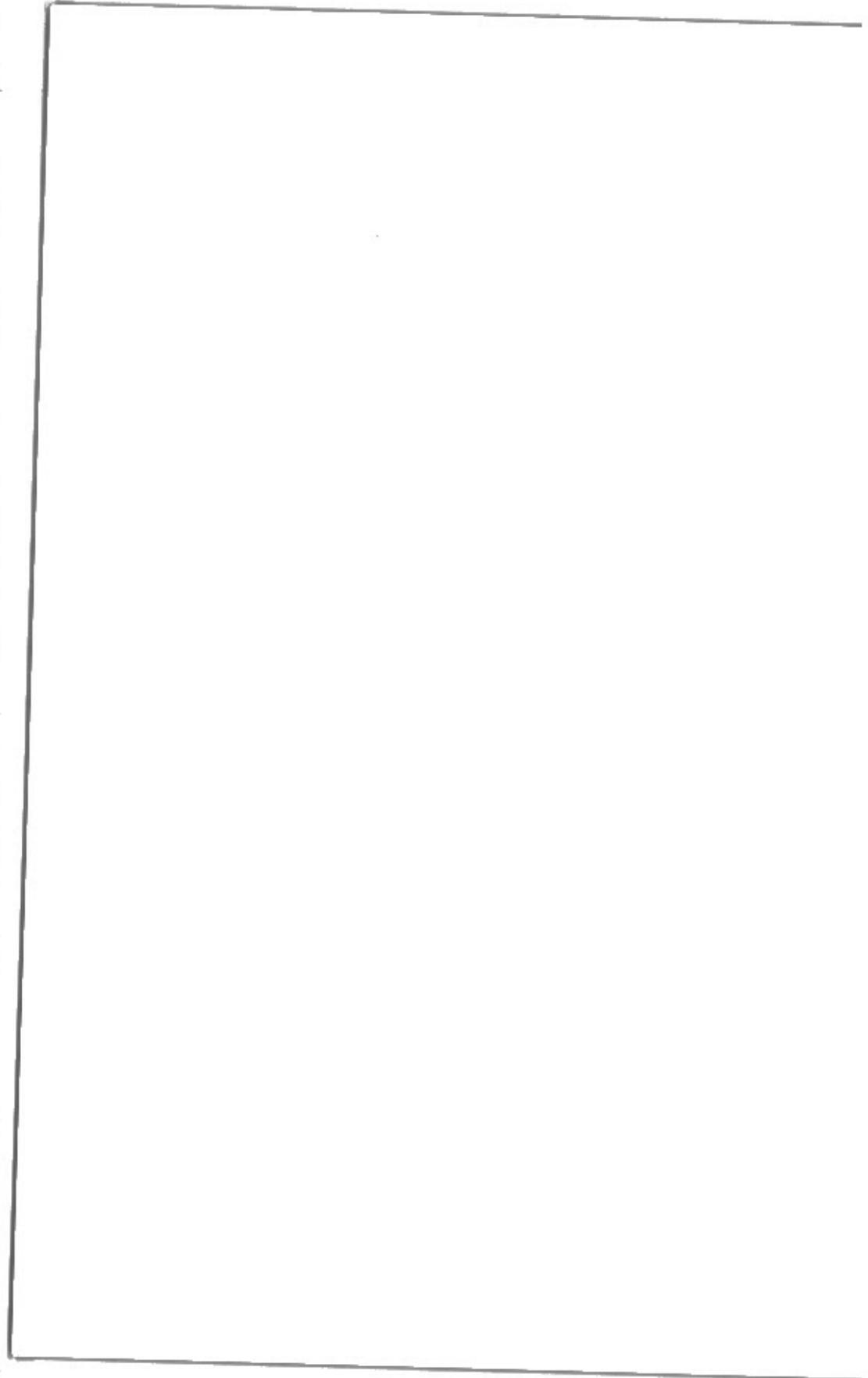
Sobre o mérito científico do estudo não me cabe a mim emitir juízo, não sendo eu especialista na matéria. Mas a reputação do autor, no plano técnico, científico e como policy-maker, dá-nos a melhor garantia sobre a qualidade do mesmo. Ao mesmo tempo, todos devemos agradecer-lhe ter querido por à disposição de quantos combatem a exploração do trabalho infantil os seus preciosos conhecimentos e resultados do seu labor.

Fernando Ribeiro Mendes



Secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais





I

RELEVÂNCIA SOCIAL E ANALÍTICA DO PROBLEMA E OPÇÕES METODOLÓGICAS

APRESENTAÇÃO ⁽¹⁾

Em Dezembro de 1993, o Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social solicitou à Universidade Católica Portuguesa um estudo sobre a "Inserção Precoce dos Jovens no Mercado de Trabalho". O Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) considerou, assim, como objectivo essencial do estudo definir os parâmetros que permitam melhorar a integração e a mobilidade dos jovens no mercado do emprego nacional e comunitário. Em termos mais precisos, estabeleceram-se três metas principais (i) dimensionamento do ingresso prematuro no mercado de trabalho por parte de jovens sem escolaridade completa, em termos de variável geográfica; (ii) detecção dos factores e condicionantes de natureza económica, social e cultural que nele interferem; (iii) verificação da sua evolução recente e caracterização actual ⁽²⁾. Em função da encomenda e das opções realizadas pela equipa coordenada pelo Prof. Doutor Mário Lages, a investigação ordenou-se segundo um conjunto de parâmetros que se explicitam adiante ⁽³⁾. O estudo decorreu durante o ano de 1994 e os seus resultados foram apresentados formalmente em Janeiro de 1995.

O presente estudo retoma o trabalho especificamente realizado pelo autor, no âmbito desta investigação mais global, e aduz-lhe uma introdução e uma conclusão, entretanto reelaboradas. Para esta reelaboração muito contribuíram outros estudos entretanto realizados, bem como a actualização estatística empreendida.

¹ Este trabalho resulta, em boa parte, de um estudo monográfico elaborado no âmbito da apresentação de provas complementares do doutoramento do autor e foi apresentado em Julho de 1998.

² CEPCEP - Universidade Católica Portuguesa - Proposta de realização de um estudo sobre as condições de inserção precoce de jovens no mercado de trabalho. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1993.

³ Ao autor deste estudo coube a participação na elaboração de todos os questionários e a leitura dos resultados, no que respeita à caracterização da população que saiu da escola antes dos 15 anos de idade e à análise da chamada "saída precoce da escola e da inserção socioprofissional" desta população.

Na primeira parte, procedemos, inicialmente, a uma contextualização social da problemática e a uma breve discussão teórica do problema dos abandonos escolares. De seguida discutimos e apresentamos algumas questões metodológicas.

Na segunda parte, apresentam-se os resultados da investigação, no que se refere exclusivamente à parte que coube ao autor do presente estudo analisar.

A terceira parte é dedicada às conclusões, a uma breve discussão da problemática e ao registo de algumas sugestões para posteriores análises.

A apresentação dos resultados do inquérito faz-se, nesta ocasião, de modo um tanto informal e telegráfica, o que foi condicionado pelo tipo de encomenda em que o estudo se enquadrou.

UMA PROBLEMÁTICA EM FOCO

A problemática do trabalho infantil e da inserção "precoce" no mercado de trabalho tem merecido a atenção de muitos governos, parceiros sociais, igrejas e agências de cooperação internacional, com destaque para a Organização Internacional do Trabalho, a União Europeia, a Organização das Nações Unidas e o Conselho da Europa.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde a sua fundação, desde 1919, tem dedicado particular atenção ao combate contra o trabalho infantil e à protecção do trabalho de menores. Recentemente, esta organização lançou um programa de apoio aos países afectados por esta situação, tendo em vista vir a abolir o trabalho das crianças. Entre nós, a OIT encontra-se, desde 1998, a apoiar o Ministério do Trabalho e da Solidariedade na realização de um estudo de quantificação e de caracterização do trabalho infantil em Portugal.

A União Europeia, sobretudo na sua Directiva do Conselho relativa à protecção dos jovens no trabalho, de 1994, obriga os Estados Nacionais a tomarem todas as medidas necessárias para proibir o trabalho infantil e para garantir adequadas condições de trabalho aos jovens (menores de dezoito anos).

A ONU, que já em 1959 havia aprovado a "Declaração dos direitos da criança", estabeleceu em 1989 uma Convenção dos direitos da criança, ratificada por Portugal em 1990 e ainda por cerca de duzentos países. Entretanto, um Comité dos Direitos da Criança procura acompanhar a aplicação mundial das normas ratificadas. A Carta Social Europeia, com origem no Conselho da Europa, e ratificada por Portugal em 1991, constitui outro importante referencial para a protecção das crianças e do trabalho de menores.

A Igreja Católica Portuguesa, na linha da "Rerum Novarum" (de 1891), através da sua "Nota Pastoral sobre o Trabalho Infantil", de Novembro de 1993, alertava para o "atentado à formação humana, técnica e profissional" que constitui a inserção prematura das crianças e dos adolescentes no mercado de trabalho.

Nesta Nota, o Episcopado português exorta os empresários, os pais, as escolas e as paróquias e agirem contra estas formas "degradantes da vida e do trabalho humano".

Por último, em termos governamentais, sublinhem-se duas recentes iniciativas: a criação da Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, em 1996, em cooperação com instituições da sociedade civil, e o lançamento do "Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil", por Resolução do Conselho de Ministros, em 1998.

DESTE CAIS NÃO PARTIREMOS

"Deste cais não partiremos para as novas aventuras que este fim de século nos está a abrir" (*). Era assim que, em 1990, rematávamos uma análise da situação do ensino básico em Portugal. O insucesso e o abandono escolar eram marcas demasiado visíveis num edifício social que sempre esteve envolvido, ao longo do Séc. XX, numa teia cerrada de constrangimentos e ambiguidades.

* In "Ensino Básico: deste cais não partiremos", Joaquim Azevedo, 1990. Polycopiado.

O fenómeno do abandono escolar prematuro é um complexo problema social, tanto nas suas causas como nas formas como se concretiza e ainda nas suas consequências sociais e profissionais.

Um abandono escolar precoce está normalmente inscrito num clima de ruptura. Esta ruptura dá-se no terreno escolar, conduzindo ao abandono da instituição escolar antes de concluído o processo de escolarização obrigatória ou o limite etário legalmente estipulado. Todavia, apesar de ocorrer no terreno escolar - e envolvendo, por isso, alunos, professores e escolas - o rompimento com o processo de escolarização legalmente instituído assenta em um leque diversificado de causas, o que alarga este clima de ruptura para esferas anteriores e mais afastadas do circunscrito campo escolar.

Raramente estas causas aparecem isoladas em nichos muito compartimentados e exclusivos, como por exemplo, família, empresários, reprovações. As causas tendem a misturar-se num quadro de interacções, ora em processo de cruzamento de interesses, ora em dinâmicas de conflito, em que diversas causas concorrem para um mesmo fim.

Por vezes, parece-nos ser possível destacar (não isolar) um certo elemento predominante no universo explicativo (p. ex. o caso em que há duas e três reprovações no 1º ciclo e ocorre o abandono no termo do 1º ciclo). Todavia, cremos que nunca se deverá perder de vista, por mais preponderância que certos dados pareçam assumir, uma leitura mais larga que compreenda, no mínimo, três domínios: (i) a família e as suas características socioeconómicas e culturais, bem como o meio em que ela habita; (ii) o mercado de trabalho, as empresas e a sua dimensão, o modelo de produção industrial predominante e as estratégias de recrutamento dos empregadores e (iii) o sistema de educação escolar, as suas regras de progressão e as condições de acesso e sucesso que proporciona aos alunos.

É muito frequente sublinhar-se a relação entre reprovação e abandono precoce como aquela que predomina no universo explicativo do abandono escolar. Todavia, o facto de aquela causa - a reprovação - ser muitas vezes a que mais aproximada está do efeito - o abandono - não nos deve levar a focar excessivamente nela o olhar. Subjazem-lhe e envolvem-na muitas outras. Estas, sendo causas mais ou menos remotas, constituem, frequentemente, o nicho explicativo essencial ou, pelo menos, completam-no de modo significativo.

Não é estranho, no entanto, que haja esta acentuação dos aspectos relativos ao sistema escolar, ao seu funcionamento pedagógico e administrativo. É que não é socialmente isento de escândalo o facto de uma sociedade canalizar compulsivamente todos os seus membros para o acesso e usufruto de um bem social que considera essencial, alimentando inclusivamente fortes expectativas sociais em torno desse benefício, quando, depois, mais parece não fazer do que preparar, para uma certa parcela de cidadãos, a armadilha social da exclusão. Como se uma parte dos convidados para o banquete fosse dele expulsa, sem mais, ao fim da sopa.

Esta exclusão é um processo que vai ocorrendo, não se verifica de um momento para o outro. São os temas focados e as actividades desenvolvidas, é a linguagem empregue, são os critérios de avaliação utilizados, é o tipo de apoios pedagógicos activados ou não, é o diálogo que se estabelece ou não entre os professores e os pais, são as bases de estimulação dos alunos na sala de aula, são os tratamentos dados à diversidade de interesses e de gostos existentes entre os alunos, ... é um lento processo em que a "escola para todos" vai empurrando para as margens um bom número dos que acolheu, como quem formulava uma promessa.

O abandono escolar pode ser visto, nesta ordem explicativa, como um acto racional revelador de alguma sanidade mental por parte de algumas famílias, como concluem Okey e Cusick (1995), no seu estudo sobre as famílias de adolescentes que abandonaram a escola, "dropping out makes sense" (1995:264). Porquê e para quê há-de um adolescente permanecer mais tempo numa instituição que a todo o momento se ocupa em certificar incapacidades, em evidenciar inaptidões e em expor publicamente falhas pessoais? Se a instituição escolar rejeita o cidadão, com modos tantas vezes violentos (da violência física à violência no plano simbólico e psicológico), porque razão não há-de o cidadão rejeitar a escola? O direito de permanecer na escolaridade obrigatória até ao 15 anos pode revelar-se um contra-direito, uma violência à qual algumas famílias e cidadãos resistem, das mais variadas formas, inclusive abdicando de um direito que já não se lhes aplica, em que a contrapartida do dever da cidadania e da dignidade pessoal implica a sua rejeição.

Entre nós, o volume de reprovações e de abandonos precoces tem sido tradicionalmente muito elevado. Embora se esteja perante um problema

social vasto e grave, a sociedade portuguesa, particularmente os empresários, as escolas e a administração educacional, têm passado muitas vezes inadvertidamente sobre ele.

Subjacente a este comportamento cremos que está, entre outros aspectos, esta dificuldade em analisar social e economicamente a problemática do abandono escolar precoce e em contrapartida, esta facilidade com que o senso comum transfere a grande causa do insucesso escolar e da saída prematura da escola para os alunos e para as suas incapacidades próprias (N.Alves, 1998).

Portugal é um dos países da Europa onde o fenómeno do abandono escolar precoce se tem mantido ao longo de mais décadas como uma chaga social relativamente generalizada.

A evolução verificada até meados dos anos noventa revela a contínua persistência do problema. De tal modo esta evolução contraria as expectativas sociais e políticas em torno da resolução deste problema social, no seio da construção democrática do país, que se poderá dizer que estamos perante um fenómeno social estrutural de resistência ao processo de escolarização universal dos portugueses.

Com o aumento constante dos níveis de escolarização e com o consequente prolongamento da permanência no sistema escolar, numa sociedade em que as trajectórias profissionais tendem a requerer indivíduos com elevadas habilitações escolares, os abandonos escolares ao longo da escolaridade obrigatória e as saídas do sistema escolar sem qualquer diploma, escolar ou profissional, constituem áreas críticas na coesão social.

Vários estudos têm vindo a demonstrar que aos abandonos e às saídas precoces da escola estão associadas as trajectórias de inserção socioprofissional mais precárias (N. Alves, 1998). Estes abandonos e estas saídas precoces incidem, também o constata a literatura científica, sobretudo sobre os filhos dos grupos populacionais de mais baixo rendimento socioeconómico (Souto et alí, 1988; Benavente et alí, 1994; Alves, 1998). Os abandonos e as saídas precoces constituem, deste modo, uma das actuais expressões sociais mais explícitas das desigualdades sociais, cavando uma nítida dualização social entre os que entram no mercado de trabalho

qualificados e com reconhecidas credenciais escolares e os que nele ingressam desqualificados, escolar e profissionalmente.

ABANDONOS E SAÍDAS DO SISTEMA DE ENSINO E DE FORMAÇÃO

Descrita brevemente a relevância social e política da problemática em análise, importa mergulhá-la desde já num conjunto de contributos teóricos e delimitações conceptuais, passo imprescindível para prosseguir qualquer estudo de base científica. Nem sempre os termos comuns e as definições jurídicas consagradas coincidem com a relevância social dos problemas, uma vez empreendida uma leitura sociológica.

O conceito de abandono escolar, apesar de ser recorrentemente usado na literatura científica e na linguagem comum, carece de explicitação e de uma delimitação conceptual. Em primeiro lugar, propomos o recurso ao conceito de saídas do sistema de ensino e de formação, porque é mais abrangente e permite contextualizar e definir o que são e onde se situam os "abandonos escolares". De facto, há saídas do sistema escolar que, não sendo propriamente "abandonos escolares", se apresentam num quadro de inserção socioprofissional igualmente muito precário. Apuramos oito níveis de saída do sistema escolar, conforme se apresenta na Figura 1. Cruzando os níveis de saída com o tipo de qualificação escolar e profissional, obtemos uma tipologia complexa de saídas do sistema escolar.

O termo abandono escolar ou, mais rigorosamente, abandono escolar precoce restringe-se apenas ao primeiro nível de saídas apresentado na figura. O que caracteriza esta saída é o facto de ser prévia à conclusão da escolaridade mínima obrigatória, de nove anos de duração, o que corresponde, de facto a um abandono do percurso antes do seu termo legal.

Já o nível dois apresenta uma saída do sistema escolar que não se deve qualificar rigorosamente de abandono, mas que é igualmente desqualificada escolar e profissionalmente, o que, representando uma situação, à saída, bem diferente da anterior, a ela pode equivaler, em muitos aspectos, em termos de inserção socioprofissional.

A estes dois níveis, seguem-se outros que já não são escolarmente desqualificados, mas que ainda o são profissionalmente: saída no termo do 9º ano, do 12º ano dos cursos gerais e do ensino superior incompleto (se construído sobre um 12º ano de um curso "geral"). De facto, há enormes caudais de saídas escolares muito problemáticas, normalmente muito menos abordadas, que correspondem a quadros de precária inserção socioprofissional, uma vez que assentam em diplomas escolares irrelevantes em termos de qualificação profissional.

Estas conclusões de percursos escolares não estão revestidas da necessária terminalidade, dotadas de "valor e de potencial uso", cujo significado seja pessoal e socialmente visível, como adverte Eurico Lemos Pires. Este autor assinala, aliás, que "parece estar estabelecido no imaginário dos jovens que a única terminalidade socialmente compensadora será a licenciatura".

Finalmente, há outro conjunto de níveis de saídas escolares qualificadas, tanto escolar como profissionalmente. Em teoria, seriam estes os níveis em que as saídas do sistema de ensino e de formação se processariam num quadro de articulação e correspondência com as dinâmicas de inserção socioprofissional.

Este estudo incide apenas sobre o primeiro nível de saídas do sistema de ensino, e por isso, podemos designá-lo propriamente como um estudo sobre inserção precoce dos abandonos escolares no mercado de trabalho.

Figura 1
TIPOLOGIA DAS SAÍDAS DO SISTEMA DE ENSINO E FORMAÇÃO

NÍVEIS DE SAÍDA	TIPOS DE SAÍDA EM TERMOS DE QUALIFICAÇÃO			
	DESQUALIFICADA		QUALIFICADA	
	ESCOLAR	PROFISSIONAL	ESCOLAR	PROFISSIONAL
1 Abandono antes do 9º ano e antes dos 15 anos de idade.	X	X		
2 Saída sem diploma da escolaridade obrigatória e com a idade legalmente estabelecida.	X	X		
3 Saída com curso de Aprendizagem ou Profissional (nível II).			X	X
4 Saídas com 9º ano/ou ensino secundário incompleto.		X	X	
5 Saída com o 12º ano completo Curso Geral		X	X	
6 Saída com o 12º ano completo 6A - Cursos Tecnológicos 6B - Cursos Profissionais 6C - Cursos de Aprendizagem (nível III)			X	X
7 Saída com ensino superior incompleto/sem diploma (só nos casos em que o indivíduo possui o 12º ano de um Curso Geral)	X	X		
8 Saída com ensino superior/curso completo 8A - Bacharelato 8B - Licenciatura			X	X

Nota: Tipologia proposta pelo autor na Colóquio sobre o Plano Nacional de Emprego (1998) e aqui retomada e adaptada.

Alguma literatura sugere ainda que é pertinente a distinção entre o abandono efectivo e o abandono latente. As atitudes face a um e a outro tipo são, na realidade, muito diversas. Enquanto que face ao abandono efectivo só é possível propor mecanismos de qualificação profissional (e nem sempre) e apoiar os processos de inserção socioprofissional, já face ao abandono latente é viável e sensato agir-se com práticas sociais

e educativas de prevenção. Em ambos os casos existe um quadro de conflito e de rejeição individual da escola.

Quando ocorre abandono, a rejeição é evidente, quando esta se traduz noutras atitudes e apresenta outras situações, a rejeição permanece latente.

O abandono latente surge associado a situações tais como: trajectórias escolares com reprovações e atrasos sucessivos, conflitos de aspirações entre o ambiente familiar e o contexto escolar, que se traduzem em desinteresse pela escola, dificuldades de integração, dificuldades de aprendizagem, e desenvolvimento de ambições de ocupação imediata de um posto de trabalho.

A escola, para muitos adolescentes aparece-lhes como o centro de gravidade onde se cruza uma multiplicidade de frustrações impossíveis de evitar, a não ser pela fuga e pelo abandono. Dupont e Ossandon (1987) identificaram mesmo o perfil de um potencial "abandonador": tem um fraco rendimento escolar, vive mal a relação educativa escolar, sente ausência de empatia, tem professores pouco motivados, não se sente bem na sua pele de aluno, não tem confiança em si, veicula consigo perspectivas de fracasso e não se concentra no seu trabalho.

O NÚMERO DE ABANDONOS POR ANO

A expressão quantitativa dos abandonos escolares, apesar da sua propagada gravidade social, continua por esclarecer com o necessário rigor e a imprescindível complexidade. Os serviços do Ministério da Educação, através dos dados que o DEPGEF disponibilizou em 1994, permitiram-nos quantificar os abandonos escolares durante a escolaridade obrigatória, relativamente ao início dos anos noventa, mais propriamente, a 1992 (2). Sem o diploma de escolaridade obrigatória, abandonavam o sistema de ensino perto de 92.000 crianças e adolescentes (ver Quadro 1).

Quadro nº 1

ABANDONOS NO SISTEMA DE ENSINO EM PORTUGAL (1992)

ANO DE ESCOLARIDADE	NÚMEROS DE ALUNOS EM 1992/1993	TAXAS DE ABANDONO EM 1992 %	CÁLCULO DOS ABANDONOS
1	109.290	0	
2	129.808	6	7.788
3	140.475	6	8.428
4	150.009	7	10.500
5	144.398	8	11.551
6	157.121	14	21.996
7	136.670	12	16.400
8	151.162	10	15.116
Total			91.779

Fonte: DEPGEF/ME

Entretanto, para efeitos da apresentação do presente estudo, o DAPP-ME forneceu-nos os dados relativos a 1995, o que permitiu proceder a uma importante actualização dos nossos dados de base. Com efeito, este organismo da administração central quantifica os abandonos durante a escolaridade obrigatória, em meados da década, em cerca de 33.000 (Quadro nº 2). A redução é substancial e é até provável que, três anos volvidos sobre esta última data, o movimento decrescente se tenha mantido.

2 Em 1994, elaborámos, com Maria Emília Castanheira um "Estudo sobre as estratégias para aumentar e melhorar a progressão dos jovens na formação profissional inicial", no âmbito do Programa PETRA, sobre o caso de Portugal. Para este estudo, o DEPGEF forneceu-nos elementos relativos ao abandono escolar, reportados ao ano de 1992.

Continua, no entanto, por complexificar a análise quantitativa de molde a suportar análises e decisões políticas mais atinentes à problemática mais vasta das saídas desqualificadas do sistema de ensino e de formação inicial. De facto, o abandono escolar durante a escolaridade obrigatória é, como vimos, uma parte do problema. Urge adoptar conceitos mais complexos, mais úteis à análise de uma realidade social também ela complexa, que também foi evoluindo, nos últimos anos.

Partimos, por isso, para esta análise conscientes de que tudo indica que se verifica uma regressão rápida deste fenómeno, nos anos noventa. Convém salvaguardar, contudo, as suas incidências regionais assimétricas, uma vez que, mesmo na transição de 1994/95 para 1995/96, cerca de 50% dos abandonos sem diploma do 9º ano concentravam-se na Região do Norte. Poderá haver aqui um quadro social mais global que não terá evoluído, muito provavelmente, ao mesmo ritmo da evolução das condições de progressão e de retenção escolares.

Quadro nº 2

ABANDONO ESCOLAR NA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA
(NO ENSINO REGULAR, ENTRE 1994/95 E 1995/96)

CONTINENTE

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRICULADOS EM 1994/95	TAXA DE ABANDONO
1º - 2º	113.776	
2º - 3º	131.720	0,6
3º - 4º	127.034	0,5
4º - 5º	154.525	-0,3
5º - 6º	144.763	2,8
6º - 7º	143.615	3,3
7º - 8º	147.695	6,3
8º - 9º	134.066	4,4
9º -	140.706	5,1

Fonte: DEPGEF/ME

Iniciamos a apresentação deste estudo com a perspectiva de que seria da maior utilidade social um novo esforço de esclarecimento dos conceitos e da expressão quantitativa dos abandonos escolares e das saídas desqualificadas do sistema educativo, bem como a sua análise na intersecção dos três campos acima referidos, a saber: famílias, mercados de

trabalho e escolas. A particular incidência dos referidos fenómenos na Região do Norte alerta para a necessidade da análise desta intersecção se dever concentrar aí mesmo, indagando contextos sociais e culturais dominantes em todas ou em algumas das suas áreas.

ASSIMETRIAS REGIONAIS

As estatísticas recolhidas em 1994, junto dos serviços centrais do Ministério da Educação, relativamente ao abandono escolar eram suficientemente explícitas acerca das assimetrias regionais (Quadro nº 3). É na Região do Norte que o problema tem a sua expressão mais significativa. Basta comparar os dados relativos a Braga, Porto, Viana do Castelo e Viseu com os de Lisboa e Setúbal.

Quadro nº 3

TAXAS DE ABANDONO ESCOLAR (%) NO 6º ANO E NO 9º ANO (1992)

DISTRICTOS	6º ANO	9º ANO
AVEIRO	22	12
BEJA	9	13
BRAGA	30	11
BRAGANÇA	9	8
CASTELO BRANCO	10	7
COIMBRA	11	6
ÉVORA	0	7
FARO	3	18
GUARDA	15	18
LEIRA	14	13
LISBOA	5	5
PORTALEGRE	10	13
PORTO	19	15
SANTARÉM	14	21
SETÚBAL	3	11
VIANA DO CASTELO	26	7
VILA REAL	18	10
VISEU	28	13
CONTINENTE	14	11

Fonte: DEPGEF/ME

Mas, já os trabalhos de João Ferrão e António Oliveira das Neves, realizados no âmbito do Programa de Educação para Todos, em 1992, tinham estudado aprofundadamente esta problemática. O seu modelo analítico, que assenta numa pertinente visão ecléctica e polimórfica do fenómeno do abandono escolar, apesar de essencialmente quantitativista, permite-nos delinear com bastante rigor associações de ocorrências que estão na base de uma delimitação geográfica deste mesmo fenómeno social.

Constata-se igualmente neste estudo a concentração dos abandonos na Região do Norte, embora sob múltiplas facetas ao longo do seu território: ora são os factores de pobreza, associados a estratégias de entreaajuda familiar, ora é a oferta de emprego desqualificado, ora é a cultura local dominante de fraca valorização do ensino formal, ou ainda as condições de frequência escolar e as elevadas taxas de insucesso repetido, durante o ensino básico.

Já em 1983, em 1987 e em 1988 nós próprios tínhamos participado na elaboração de três estudos que incidiram particularmente sobre os abandonos escolares e as disparidades regionais na Região Norte (*).

Qualquer um dos estudos deu-nos elementos muito importantes de compreensão das disparidades intra-regionais. Por caminhos diversos do de João Ferrão e António Oliveira das Neves, após termos estudado os concelhos do Vale do Lima e o concelho de Vila Real, estabelecemos um percurso analítico que nos permitiu concluir, entre outros dados, que se mantinham acentuadas as disparidades concelhias no fim dos anos 80, e que, durante esta mesma década, as disparidades intra-regionais tinham aumentado, desenhando-se uma "área crítica" entre o Norte-Litoral e o Norte-Interior, onde se interpenetram zonas de forte ruralidade com zonas de forte industrialização, quase sempre assente no modelo de mão-de-obra intensiva e, em geral, desqualificada.

* Em 1983, elaborámos, com Elisa Babo e José Maria Cabral Ferreira um estudo sobre "Os abandonos escolares na área do Vale do Lima (1960-1980), (primário e preparatório). Análise das Causas e Medidas Sugeridas", ambos do ano de 1993, editados pela CCRN.

Em 1987, elaborámos, com José Maria Azevedo um "Estudo das disparidades regionais no acesso aos benefícios da educação na Região do Norte", publicado em 1987 pela CCRN.

Em 1988, cooperámos, com António Souto e Maria Glória Souto, num estudo sobre "A escolaridade e a inserção no mundo do trabalho". Estudo longitudinal no concelho de "Vila Real", editado pela CCRN, em 1988.

Nesta área, onde pontua um povoamento disperso, as estratégias familiares dirigem-se mais para a busca do emprego, quanto antes, porque o há acessível e porque essa via se apresenta como a mais apropriada de inserção socioprofissional e de promoção social. Entre a escola (sobretudo após o 6º ano de escolaridade) e o trabalho na indústria e na agricultura existe uma fricção contínua, um palco de conflitos, com contornos bem vinculados.

A Comissão de Coordenação da Região do Norte actualizou, em 1995, o estudo das disparidades regionais em matéria de educação e de formação (*). É curioso verificar que estas assimetrias se mantêm e que "são mesmo evidenciados os contornos de uma "área crítica", já identificada no estudo de 1987" (ibidem).

Será sobre uma boa parte dos concelhos que constituem esta "área crítica", que se debruçará o estudo de campo de que aqui se dá conta.

Poder-se-á perguntar qual o futuro destas sub-regiões (conjuntos de concelhos), permanecendo tão elevados os caudais de abandono e de saída desqualificada do sistema de ensino e de formação. Cabe-lhes a função de mero fornecimento de mão-de-obra desqualificada para as actividades económicas da Região que continuam a requerê-la? O ciclo de desigualdade social em que estas sub-regiões se encontram mergulhadas não terá tendência a manter-se e até a aprofundar-se enquanto a relação do sistema de ensino e de formação com o sistema social - actores da comunidade local, empresas, autarquias - se mantiver tão desajustada? Os indicadores de fraca escolarização e de muito baixo nível de desemprego, apesar de jogarem a favor de um certo "equilíbrio" social local, não estarão a prazo, a criar nichos de subdesenvolvimento, com custos sociais evidentes para populações já desfavorecidas?

Estas e muitas outras questões se levantam, oportuna e pertinentemente, na Região do Norte e ao nível da administração central.

* "Disparidades regionais em educação e formação: a Região do Norte", CCRN, Porto, 1996.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

Importa agora, uma vez assinalada a relevância social e a perspectiva sociológica como se toma o problema de partida, explicitar as opções metodológicas e evidenciar os seus limites.

Delimitação geográfica e universo

Os termos de referência do estudo, elaborados com o Ministério do Emprego, delimitavam-no a duas regiões diferenciadas: uma em que o abandono escolar tem no trabalho a sua determinante principal e outra em que este factor não é porventura tão importante. No entanto, na primeira fase a que ambas as entidades responsáveis decidiram dar sequência, apenas se estudou a Região do Norte, por ser aquela onde havia uma maior incidência dos abandonos escolares e da inserção precoce no mercado de trabalho.

Embora inicialmente se pretendesse inquirir uma amostra representativa de professores-escolas e de famílias de toda a Região do Norte (*), a difícil cooperação de algumas escolas e dos seus Conselhos Directivos na listagem das saídas da escola antes dos 15 anos, ocorridas nos últimos dez anos, conduziu à selecção final de 136 freguesias, pertencentes a 30 concelhos (cfr. Quadro 4 e Mapa 1). O objectivo de representatividade e de predicabilidade da amostra inquirida não foi inteiramente atingido, tendo-se obtido apenas resultados representativos para cada um dos concelhos estudados, na medida em que nestes mesmos concelhos "o inquérito teve natureza quase censitária" (Lages, 1995).

Com a colaboração de professores e de Conselhos Directivos, identificaram-se todos os jovens que saíram da escola antes dos 15 anos de idade e que tinham, no momento, menos de 25 anos de idade.

* Toma-se por Região Norte, o território administrativo que integra a região-plano definida para a intervenção da Comissão de Coordenação da Região do Norte, do Ministério do Planeamento. Na prática, houve seis respostas de famílias da Região do Centro (NUT III de Dão - Lafões) facto que se apresenta adiante.

Quadro nº4

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS JOVENS

NUT. II	NUT. III	CONCELHO	Nº	TOTAL P/ NUT III	
NORTE	MINHO LIMA	. PONTE DE LIMA	2		
		. VIANA DO CASTELO	6	8	
	CAVADO	. BARCELOS	108		
		. BRAGA	27		
		. VILA VERDE	110	245	
	AVE	. GUIMARÃES	517		
		. PÓVOA DE LANHOSO	3		
		. SANTO TIROSO	27	547	
	GRANDE PORTO	. PÓVOA DE VARZIM	53		
		. VALONGO	5	58	
	TÁMEGA	. AMARANTE	40		
		. CABEÇEIRAS DE BASTO	58		
		. CINFÃES	1		
		. FELGUEIRAS	32		
		. LOUSADA	217		
		. PAÇOS DE FERREIRA	137		
		. PAREDES	1		
		. PENAFIEL	92	578	
		DOURO	. ALJÓ	46	
			. ARMAMAR	75	
. CARRAZEDA DE ANSIÃES	4				
. LAMEGO	14				
. MOMENTA DA BEIRA	6				
. SABROSA	8				
. STA. MARIA DE PENAGUIÃO	22				
. S. J. PESQUEIRA	27				
. TABUAÇO	63				
. TROVÇA	73				
. VILA REAL	6	344			
ALTO TRÁS-OS-MONTES	. MOGADOURI	2	2		
CENTRO	. DÃO-LAFOES	. CASTRO DAIRE	6	6	
NÃO RESPONDERAM			9		
TOTAL				1797	

MAPA 1 NUT's III DA REGIÃO DO NORTE



Este foi o universo inquirido entre Março e Maio de 1994, com a participação de muitos professores de escolas primárias, preparatórias e C+S, coordenados por dois supervisores, em Lisboa. As respostas posteriormente recebidas, validadas e tratadas referiram-se a 907 famílias e a 1797 casos de crianças e de adolescentes que saíram da escola antes dos 15 anos de idade, vivessem ou não, no momento do inquérito, na casa dos pais.

Elaborou-se um questionário estruturado, com perguntas cujas respostas estavam abertas e fechadas. A sua administração obedeceu a um contacto pessoal e domiciliário, realizado por pessoas qualificadas, quase sempre professores.

As freguesias com mais casos de abandono precoce são as de Lustosa (Lousada), S. Faustino de Vizela, Freamunde, Rico Covo (Barcelos) e Moreira de Cónegos (Guimarães). Os concelhos onde há uma maior incidência do fenómeno são os de Guimarães (29,3%), Lousada (12,7%), Paços de Ferreira (8,0%) e Barcelos (5,2%).

Reconhecem-se os limites inerentes à aplicação deste tipo de questionário. Entre eles, um não será menor, a saber, o da pré-determinação da resposta com base no modo como se apresentam as perguntas e nas palavras-conceitos a que se recorre. Optou-se por fechar uma boa parte do questionário, tendo em vista facilitar o seu mais célere tratamento informático. Mas, quando se limitou a uma só escolha a resposta possível, em vez da escolha múltipla, condicionou-se talvez em demasia o pensamento do/da respondente.

Os abandonos e a inserção

Todavia, este não é um estudo circunscrito aos abandonos escolares mas abre a reflexão sobre condições de inserção precoce no mercado de trabalho, na Região do Norte. A precocidade equivale aqui ao período anterior aos 15 anos de idade, a idade em que, em princípio e sem qualquer reprovação, um aluno conclui a escolaridade obrigatória de nove anos. É evidente que um estudo das condições de inserção precoce poderia segmentar os públicos-alvo, separando mais claramente o abandono escolar antes do 9º ano e antes dos 15 anos de idade, a saída

sem diploma da escolaridade obrigatória, mas com 15 anos de idade e as saídas profissionalmente desqualificadas, mesmo após o 9º ano concluído, elas mesmas parte de um cenário de "inserção precoce no mercado de trabalho". Neste caso, à precocidade relativamente à inserção no mercado de trabalho, é dado o mesmo limite etário que é adoptado como referente legal de permanência obrigatória na escola básica.

Todavia, o caderno de encargos acordado entre as duas entidades responsáveis pelo estudo fez coincidir os dois tipos de precocidade, ao fazer incidir o estudo da "inserção precoce" sobre os adolescentes que saíram da escola antes dos 15 anos de idade, o que equivale, de facto, a uma restrição dos públicos-alvo potencialmente elegíveis.

Um estudo de reflexos

Embora o estudo incida sobre o fenómeno da saída da escola antes dos 15 anos de idade, o inquérito dirige-se a duas populações que não os jovens: os professores das escolas e as famílias dos jovens. Trata-se, por isso, de "um estudo de reflexos", em que a atenção dos investigadores se centrou sobre a vertente institucional escolar que rodeia a saída "precoce" da escola e sobre os modos como opera o contexto familiar dos que deixam a escola antes dos 15 anos (?).

Assume-se, neste tipo de abordagem, que estas saídas da escola são muito mais determinadas pelo contexto social, em boa parte escolar e familiar, do que por opções claras e explícitas dos adolescentes. Uma vez que o estudo se devia dirigir "à detecção dos factores e condicionantes de natureza económica, social e cultural que nele interferem e à verificação da sua evolução recente e caracterização actual" (?), optou-se por não inquirir directamente os jovens.

Na decisão do abandono escolar e da inserção precoce, a família desempenha um papel central, quer pela informação que recolhe e processa quer pelas representações e expectativas de mobilidade que acalenta quer ainda

* CERCEP - Universidade Católica Portuguesa, "Proposta de realização de um estudo sobre as condições de inserção precoce de jovens no mercado de trabalho", Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, p. 2. Policopiado.

pelas microdecisões que empreende, uma vez tudo isto decantado. Sabíamos também, de antemão, que é habitualmente entre as famílias mais pobres e mais numerosas que se registam mais abandonos precoces e mais saídas desqualificadas da escola.

Os professores têm também uma visão própria do fenómeno em análise, construída num outro lugar social e profissional que importaria aqui especificar e confrontar com a dos pais. Poder-se-ia também ter valorizado a acção dos próprios adolescentes no processo, atendendo a que muitos deles formulam opiniões sustentadas sobre a matéria e cooperam decididamente nas micro-decisões familiares.

Os resultados que a seguir se apresentam dizem respeito apenas às respostas dadas pelas famílias, o núcleo fundamental da análise, no que se refere à caracterização social e escolar dos filhos que saíram da escola "precoce" e à sua inserção socioprofissional.

Os professores inquiridos (por outras equipas do estudo geral) dividiram-se em dois grupos: 93 professores e directores de turma e 73 membros de Conselhos Directivos (que também são professores). A sua distribuição por tipo de escola é a seguinte: 26% são do ensino primário, 43% das escolas preparatórias e 31% das escolas C+S.

Retomando a perspectiva que apresentamos para a explicação do fenómeno do abandono escolar e da inserção precoce no mercado de emprego, em que sublinhamos a existência de um campo cruzado de interacções sociais que mutuamente se afectam, é necessário salientar que a decisão de centrar o estudo sobre as famílias implicou perder dimensão na explicação do referido fenómeno. Teria sido importante, além dos professores - que seria necessário ouvir de modo mais sistemático -, ouvir os jovens, mormente sobre a escola que tiveram, e os empresários, o outro actor social decisivo no processo de inserção socioprofissional precoce⁽¹⁰⁾.

¹⁰ Um estudo que é secante com este viria a realizar-se mais tarde pela Associação Industrial Portuguesa. Dele falaremos mais adiante.

CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS INQUIRIDAS

Para efeitos de enquadramento geral, convém, no entanto, anotar aqui brevemente as características da população-famílias efectivamente inquirida e autora do quadro opinativo que mais adiante se vai apresentar mais demoradamente ⁽¹⁾.

A maioria dos respondentes foram mulheres (65,8%), o que deve ser registado, embora isto seja mais ou menos óbvio num inquérito domiciliado, e a maioria situava-se entre os 35 e os 54 anos (73,2%). Quanto à profissão, 30% dos respondentes eram domésticas e o grupo seguinte mais representativo é o dos reformados, com 12,3%. O ramo de actividade predominante era o da indústria (36%), seguido do da agricultura (23%), da construção civil (19%) e dos serviços (15%). A maioria dos respondentes trabalhava por conta de outrem (71%) e faziam-no sobretudo nos sectores da indústria (90%) e dos serviços (80%), áreas de actividade em que é diminuto o volume de respondentes trabalhadores por conta própria.

Quanto aos graus de instrução há um enviesamento nas respostas, uma vez que 58% dos respondentes diz possuir o ciclo preparatório (6º ano de escolaridade), o que está devidamente analisado no já citado documento de referência. O rendimento mensal familiar declarado é muito baixo, sobretudo se se tiver em conta a dimensão média das famílias estudadas (5.32). 18% dos respondentes diz auferir menos de 45 contos mensais para toda a família, 24% teria entre 45 e 74 contos, 43% teria 75 e 149 contos e 14% entre 150 e 299 contos. Dados recolhidos por Mário Lages sobre o rendimento médio mensal das famílias portuguesas, em 1994, apontavam para o valor de 209 contos. Neste caso, o rendimento mensal familiar médio declarado pelos respondentes é de 104 contos; sugere-se que este valor deve ser tomado como globalmente fidedigno, embora em alguns casos os valores declarados não devam ser "tomados pelo seu valor facial" (Lages, 1995:10). O muito baixo nível de rendimentos destas famílias deverá, assim, ser considerado como uma característica da população estudada.

¹ Para efeito tomam-se os dados do estudo já referido, trabalhados pelo seu coordenador, Prof. Doutor Mário Lages, sintetizados no documento "O Quadro familiar do abandono precoce do sistema de ensino", Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Janeiro de 1995. Policopiado.

É o que se verifica também quanto à dimensão média dos agregados familiares; entre os respondentes é de 5.32, enquanto a dimensão média dos agregados na Região do Norte é de 3.43 (Censo de 1991). As famílias dos respondentes são também elas muito numerosas: 6.94 como número médio de irmãos dos respondentes e 6.68 como número médio de irmãos dos seus cônjuges. Esta é uma situação que importa sublinhar com destaque, pois ela vai determinar, em boa parte, o comportamento social das famílias face à escola.

Desenha-se, deste modo, um quadro familiar favorável à manifestação do fenómeno do abandono escolar: muito baixos rendimentos e famílias numerosas. Tal quadro é propício ao recurso ao trabalho do maior número de elementos possível para satisfazer as necessidades de sustento dos agregados familiares.

A caracterização das famílias dos respondentes revela também que estamos diante de um grupo de pais que alimenta baixas expectativas de ascensão social, tanto para si como para os seus filhos. Tudo indica que a ambição seja limitada pelo contexto social de dependência e de dominação em que estas famílias se inscrevem. Ora, como no abandono escolar não é só aquele que abandona que está em questão, é a sua família, é da maior importância atender a esta relação, uma relação com história (Okey e Cusick, 1995), em que as histórias familiares se projectam sobre o presente e o futuro das novas gerações que as compõem.



II

RESULTADOS DOS INQUÉRITOS ÀS FAMÍLIAS

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM ABRANGIDA

Embora inicialmente tivesse sido nosso propósito estudar a população jovem que saiu da escola antes dos 15 anos e que tem actualmente menos de 25 anos, os resultados incluem vinte casos de jovens com 25 (16 casos) e mais anos. Ao todo estão abrangidos nesta análise 1797 jovens da Região do Norte.

A distribuição desta população segundo o sexo revela uma ligeira predominância de rapazes, ou seja, 53% contra 47% de raparigas. O leque etário já referido desagrega-se do seguinte modo:

Quadro nº 5

IDADE DA SAÍDA DA ESCOLA

11 ANOS -	3
12 ANOS +	20
13 ANOS -	75
14 ANOS +	127
15 ANOS -	202
16 ANOS +	228
17 ANOS -	170
18 ANOS +	195
19 ANOS -	134
20 ANOS +	150
21 ANOS -	119
22 ANOS +	131
23 ANOS -	112
24 ANOS +	111
25 E MAIS -	20
TOTAL	1797

Para comodidade de análise utilizaremos uma agregação em cinco grupos etários a saber:

Quadro nº 6

IDADE DA SAÍDA DA ESCOLA, POR GRUPOS ETÁRIOS

	Nº	%
11-13 ANOS	98	5.5
14-16 ANOS	557	31.0
17-19 ANOS	499	28.0
20-22 ANOS	400	22.0
23 E + ANOS	243	13.5
TOTAL	1797	100.0

Estes intervalos etários reúnem os respondentes em grupos sequenciais de três anos. Esta distribuição é bastante uniforme e é sempre significativo o número de jovens abrangidos entre os 13 e os 24 anos.

Quanto à pergunta sobre a idade com que saíram da escola, obteve-se a seguinte resposta:

Quadro nº 7

IDADE COM QUE SAÍRAM DA ESCOLA

	Nº	%
6-9 ANOS	17	1.0
10-11 ANOS	293	16.0
12-13 ANOS	934	52.0
14 ANOS	469	26.0
15 ANOS	84	5.0
TOTAL	1797	100.0

O quadro agrupa a "saída da escola" em cinco grupos: 6 - 9 anos, que corresponde à idade legal relativa à frequência do 1º ciclo do ensino básico (13);

¹³ Tomam-se aqui os limites etários legais mínimos, começando com os 6 anos. Pode iniciar-se o 1º ciclo com 6 ou 7 anos.

10-11 anos, que corresponde à idade legal relativa à frequência do 2º ciclo do ensino básico; os restantes níveis etários subdividem-se em três grupos, os 12 - 13, os 14 e os 15 anos, pois pretende-se distinguir, à medida que se aproxima o termo legal de frequência da escolaridade básica, o momento mais exacto em que ocorre o abandono.

Rigorosamente, em termos legais, apenas cerca de 78% destes jovens saiu precocemente da escola nos últimos dez anos, entre 1985 e 1994. A distribuição anual é a seguinte:

Quadro nº 8

ANOS EM QUE SAÍRAM DA ESCOLA (POR QUINGUÉNIOS)

	Nº	%
1975 - 79	23	1.3
1980 - 84	365	20.3
1985 - 89	615	34.2
1990 - 94	794	44.2
TOTAL	1794	100.0

Na resposta à pergunta número dezoito do questionário, que indaga junto dos pais as razões pelas quais os filhos saíram da escola antes dos 15 anos, verifica-se haver um esperado conjunto de casos em que o conceito de abandono precoce não se aplica rigorosamente, em termos legais. Na verdade, como se verá melhor adiante, há cerca de 269 jovens nessa situação, os quais já tinham obtido o 6º ano de escolaridade e atingido o termo da escolaridade obrigatória. Os outros 53, apesar de não terem atingido esta meta, já haviam atingido os 14 anos pelo que, legalmente, podiam abandonar a escola. Haverá, assim, cerca de 15% da população jovem abrangida que já tinha saído da escola antes dos 15 anos, sem que isso se possa designar, no quadro legal, abandono precoce.

Entretanto, antes de prosseguirmos esta caracterização, apresentando os resultados das respostas a outras questões, convém sublinhar um dado curioso que resulta do cruzamento entre as duas respostas relativas à idade, isto é, a idade de saída da escola e a idade actual.

O resultado é o que se apresenta no Quadro nº 9.

QUADRO Nº 9

IDADE ACTUAL DO FILHO SEGUNDO A IDADE DE SAÍDA DA ESCOLA

IDADE DE SAÍDA DA ESCOLA	6 A 9		10 E 11		12 E 13		14		15		TOTAL	
	%		%		%		%		%			
IDADE ACTUAL												
11, 12, 13	3	3	37	38	58	59	0	0	0	0	98	100
14, 15, 16	1	0	50	9	334	60	158	28	14	3	557	100
17, 18, 19	5	1	76	15	217	44	149	30	52	10	499	100
20, 21, 22	6	1	67	17	206	52	108	27	13	3	400	100
23 E +	2	0	63	26	119	50	54	22	5	2	240	100
TOTAL	17	1	293	16	934	52	469	26	84	5	1797	100

Verifica-se, contrariamente ao que seria previsível, que se mantém uma elevada incidência do abandono em idades muito precoces, como os 10 e 11 anos e os 12 e 13 anos. Na verdade, entre a população mais nova, actualmente com 11 e 13 anos ou 14 e 16 anos, os valores de abandono escolar indicam que o fulcro da idade de saída da escola se mantém nos 12 - 13 anos, tal como há dez anos atrás. É como se a única coisa que se vê mudar fosse as gerações de alunos que passam pela escola, mantendo-se inalterado o contexto social que as envolve e a escola que as acolhe.

Sublinhe-se ainda que estas constatações levam-nos a supor que a mensagem, veiculada pelo poder político e administrativo, ao longo de vários anos, em torno da importância socioeconómica e cultural da frequência de uma escolaridade básica prolongada, não encontra eco entre esta população que se sentirá pouco atraída pela escola concreta que tem diante de si e bastante mais atraída por projectos de melhoria do rendimento familiar, que não passam pela escolarização.

A questão seguinte procurava saber qual o ano de escolaridade que o jovem havia completado antes de sair da escola. Agrupam-se as respostas em cinco grupos. Dá-se a centralidade aos 4º, 5º e 6º anos, isoladamente, e agrupam-se os restantes, abaixo e acima, em grupos de três anos, numericamente menos relevantes. Os resultados são os seguintes:

Quadro nº 10

ÚLTIMO ANO DE ESCOLARIDADE COMPLETO

	Nº	%
1º A 3º ANO DE ESCOLAR.	128	7,1
4º ANO DE ESCOLARIDADE	707	39,3
5º ANO DE ESCOLARIDADE	133	7,4
6º ANO DE ESCOLARIDADE	744	41,4
7º A 9º ANO DE ESCOLAR.	85	4,7
TOTAL	1797	100,0

Constata-se que a maioria, ou seja 54%, abandonou antes de completar o 6º ano de escolaridade e 41% ao acabar este mesmo ano, ou seja, no termo da escolaridade obrigatória de 6 anos.

Cruzando esta resposta com a que explicita a idade actual do filho, verifica-se haver uma evolução lenta e positiva entre o grupo que tem actualmente 23 e mais anos e o que tem entre 14 e 16 anos. O número dos que concluem a escolaridade de seis anos antes de abandonar evoluiu de 33% para 46%.

No entanto, há uma regressão quando se lêem os resultados relativamente ao grupo etário mais novo, o que actualmente tem entre 11 e 13 anos. Destes apenas 36% abandona no termo da escolaridade de seis anos e 48% abandona no termo do 4º ano de escolaridade. O Quadro nº 11, apresenta estes valores pormenorizadamente.

Quadro nº 11

ANO DE ESCOLARIDADE COMPLETADO ANTES DE SAIR DA ESCOLA, SEGUNDO A IDADE ACTUAL

IDADE ACTUAL DO FILHO ANO DE ESCOLARIDADE	11 - 13 ANOS %	14 - 16 ANOS %	17 - 19 ANOS %	20 - 22 ANOS %	23 E + ANOS %
1º A 3º ANO	3 3	19 3	28 6	52 13	26 11
4º ANO	47 48	201 36	173 35	175 44	111 46
5º ANO	13 13	57 10	27 5	18 5	18 7
6º ANO	35 36	255 46	232 46	142 35	80 33
7º A 9º ANO	- 0	25 5	39 8	13 3	8 3
TOTAL	98 100	557 100	499 100	400 100	243 100

Conhecida a relação causa-efeito existente entre o insucesso escolar e o abandono escolar precoce, procurou-se seguidamente saber o número de reprovações obtidas antes de abandonar a escola. Os resultados são os seguintes:

Quadro nº 12

NÚMERO DE REPROVAÇÕES ANTES DE SAIR DA ESCOLA

	Nº	%
0 REPROVAÇÕES	575	32.0
1 REPROVAÇÕES	502	27.9
2 REPROVAÇÕES	415	23.1
3 REPROVAÇÕES	213	11.9
4 REPROVAÇÕES	68	3.8
5 E + REPROVAÇÕES	24	1.4
TOTAL	1797	100.0

Registe-se, para já, o facto muito relevante de um em cada três destes jovens nunca ter reprovado e ainda a circunstância de 28% ter reprovado uma vez e de 40% ter reprovado duas e mais vezes.

Inquirindo mais aprofundadamente este elemento "anos perdidos antes de sair da escola" podemos também constatar que:

- (i) o abandono precoce que não é precedido de reprovações sucessivas incide mais sobre as raparigas do que sobre os rapazes. Com 0 reprovações saem da escola 37% das raparigas e 27% dos rapazes e com 0 e 1 reprovações saem 67% da raparigas e apenas 53% dos rapazes;
- (ii) não existem variações significativas entre os diferentes grupos etários quanto ao número de reprovações antes de sair da escola. Apenas entre os mais novos (11-13 anos) e que saíram mais recentemente da escola aumenta bastante o número dos que abandonaram sem qualquer reprovação (46%).

O facto de o volume de reprovações ser elevado não faz descolar este grupo da generalidade dos alunos do ensino básico. O insucesso escolar é bastante elevado a nível nacional. Como vimos no início, em 1990, no 2º ciclo, o desvio etário (crianças com 12 e mais anos no 2º ciclo) atingia 40% das frequências.

Em 1989/90, as reprovações no 1º ciclo do ensino básico envolviam 26% das crianças. Esta situação tem vindo a evoluir bastante favoravelmente, pois em 1987/88 aquele valor era de 32% e em 1991/92 é de 23% (14). Este facto pode conduzir-nos a admitir a ocorrência de uma progressiva desvalorização da variável "condições de ensino", de uma desvalorização social da escola e dos seus diplomas, e o surgimento de uma revalorização da variável "condições socioeconómicas", enquanto elemento crescentemente determinante na tomada de decisão inerente ao abandono escolar precoce.

Procurou-se saber, em seguida, se estes jovens vivem hoje em dia em casa dos pais.

Quadro nº 13

OS QUE SAÍRAM DA ESCOLA VIVEM ACTUALMENTE EM CASA DOS PAIS?

	Nº	%
SIM	1556	86.6
NÃO	227	12.6
NS/NR	14	0.8
TOTAL	1797	100.0

* Fonte: Ministério da Educação (dados do PIPSE).

O número de rapazes que vive em casa dos pais é superior ao número de raparigas (54% contra 46%). Dos que não vivem em casa com os pais há um número significativo, cerca de 40%, que ainda tem menos de vinte anos.

Finalmente, nesta área da análise do percurso escolar dos jovens que abandonaram a escola antes de completarem os 15 anos, procurou-se saber a opinião dos pais acerca das razões pelas quais o(a) filho(a) não prosseguiu os estudos até aos 15 anos de idade. Os resultados são os que se seguem no Quadro nº 14.

Quadro nº 14

PORQUE NÃO CONTINUOU A ESTUDAR, ATÉ AOS 15 ANOS, O(A) FILHO(A) DOS INQUIRIDOS

Nº	MOTIVO	Nº DE RESPOSTAS	%
1	NÃO SÃO NECESSÁRIOS TANTOS ANOS NA ESCOLA	46	2.6
2	O SEU/SUA FILHO(A) NÃO APRENDEIA NADA	144	8.0
3	O QUE SE APRENDE NA ESCOLA NÃO SERVE P/ NADA	8	0.4
4	ELE(A) GOSTAVA MAIS DE TRABALHAR DO QUE DE ESTUDAR	371	20.6
5	ELE(A) REPROVOU MUITAS VEZES	56	3.1
6	ELE(A) JÁ TINHA FEITO O 6º ANO (ENSINO OBRIGATÓRIO)	216	12.0
7	ELE(A) JÁ TINHA 14 ANOS	53	2.9
8	ELE(A) NÃO QUERIA IR À ESCOLA	397	22.1
9	VOCÊ PRECISAVA DO SEU/SUA FILHO(A) EM CASA	282	15.7
10	OUTRAS	221	12.3
-	NS/NR	3	0.2
-	TOTAL	1797	100.0

A leitura destes resultados sugere-nos alguns comentários:

- (i) os pais atribuem em grande parte aos desejos dos filhos o abandono precoce da escola. "Ele(a) não queria ir à escola" reúne 22% das motivações e "Ele(a) gostava mais de trabalhar do que de estudar" reúne 21%, prefazendo 43% das motivações expressas;
- (ii) o facto de os filhos legalmente já terem cumprido a escolaridade obrigatória ou a obrigatoriedade escolar leva também, como já referimos, 15% dos filhos a sair da escola antes dos 15 anos;
- (iii) o facto de os pais precisarem dos filhos em casa reúne 16% das

respostas dadas, o que se coaduna com ambientes familiares de baixos recursos económicos;

(iv) o insucesso escolar do filho ("Ele(a) reprovava muitas vezes" e "O seu filho não aprendia nada") reúne 11% das razões invocadas pelos pais para o abandono precoce. Estas razões podem, em certa medida, acrescer àquelas que atribuem aos desejos dos filhos a saída precoce da escola, na medida em que se situam no mesmo âmbito geral de causas imputadas directamente aos filhos. Atente-se, igualmente, no facto de todas as razões radicarem num manifesto "mal-estar discente". Na verdade, 54% dos pais invoca para o abandono precoce razões que se prendem com uma incompatibilidade real entre os filhos e a escola;

(v) por fim, há a acrescentar uma desvalorização mais profunda da escola por parte de uma pequena parcela de 3% dos inquiridos ("não são necessários tantos anos na escola", "o que se aprende na escola não serve para nada").

O cruzamento destas respostas com o sexo e a idade actual dos filhos não revela nenhum elemento significativo.

Note-se ainda que há um evidente desfasamento entre pais e professores no modo como valorizam aquelas diferentes razões. Inclui-se aqui, pela sua oportunidade e pertinência, um resultado relativo ao questionário aplicado aos professores, confrontando-se como o resultado, para o mesmo tipo de pergunta, relativo ao questionário aplicado ao pais. O questionário aos professores não surge aqui analisado por se tratar, como explicámos inicialmente, de um trabalho realizado por outro membro da equipa. No entendimento que os professores fazem das verdadeiras razões dos pais, já os valores surgem alterados do seguinte modo: "precisam do salário dos filhos em casa" - 25%, "os filhos reprovam muitas vezes" - 14%, "precisam dos filhos para trabalhar consigo" - 12%, "os filhos não querem ir à escola" - 10%. O mesmo desfasamento se verifica em relação à opinião dos directores escolares ou conselhos directivos sobre as verdadeiras razões dos pais: a razão "precisam do salário dos filhos em casa" surge em primeiro lugar (com 19% das escolhas), seguida de "precisam dos filhos a trabalhar consigo" (18%) e só depois surge a razão "os filhos não querem ir à escola", com apenas 11% das escolhas.

Sublinha-se, assim, que, muito provavelmente, os pais ao emitirem a sua opinião desculpabilizam-se e tentam fazer assentar no mal-estar escolar dos filhos o seu abandono precoce da escola. Por seu turno, os professores e as escolas tenderão a responsabilizar as estratégias familiares e a ocultar as razões que se prendem com as condições de ensino. Há como que um jogo de actores que consiste em ocultar as causas dos fenómenos, sob o impulso da desculpabilização própria e da culpabilização alheia.

A ORIGEM SOCIOECONÓMICA E O ABANDONO ESCOLAR PRECOCE

Vale a pena, por isso, determo-nos agora na verificação da incidência do factor "origem socioeconómica" no abandono precoce da escola. Para tal contamos com os seguintes elementos inscritos no questionário: ramo de actividade económica do pai/mãe, regime de trabalho do pai/mãe (por conta própria ou por conta de outrem), grau de instrução do pai/mãe e rendimento familiar. A ventilação da respostas segundo estes indicadores revela-se útil e interessante, mas deve-se alertar para o facto de estarmos perante uma população que é, na sua generalidade, muito pouco instruída e com baixos rendimentos económicos.

Quanto à idade de saída da escola, o cruzamento com o ramo de actividade económica não introduz nenhum elemento significativo de diferenciação, o mesmo sucedendo com o cruzamento com o regime de trabalho.

No que se refere ao grau de instrução do pai/mãe é habitual a concentração dos jovens que abandonaram precocemente a escola entre os pais que obtiveram uma baixa escolaridade (Benavente et alii; 1994; Souto et alii; 1998; Alves, 1998). Também o cruzamento com o rendimento familiar salienta a característica genérica da concentração no grupo de famílias cujo rendimento varia entre os 150 e os 299 contos.

Quanto ao ano de escolaridade completado antes de sair da escola verifica-se a existência de diferenciações várias, determinadas pelas características socioeconómicas dos agregados familiares.

Os filhos dos agricultores são os mais representados entre os que se quedam pela 3ª e pela 4ª classe / 4º ano de escolaridade; os filhos dos pais que exercem actividades na indústria e no comércio estão mais concentrados entre os que concluem anos de escolaridade superiores ao 4º ano.

As famílias, em todos os grupos sociais, são unidades orgânicas que fabricam, muito lenta e ponderadamente, projectos de ascensão e de sucesso escolar e profissional para os seus filhos. Estes projectos cruzam-se sobretudo com o campo escolar e o campo profissional.

As famílias aqui consideradas, situadas na sua maioria em contextos rurais, onde emergiu uma industrialização recente e de mão-de-obra intensiva (Vale do Sousa, parte do Vale do Ave, ...) e possuidoras de baixos níveis de rendimento, tendem a "manipular" a frequência escolar dos seus filhos em função dos critérios que combinam: o cumprimento de uma obrigação legal, a necessidade de realização de aprendizagens escolares elementares e mínimas, a saída do ambiente escolar logo que legalmente possível e logo se tenha encontrado um afazer qualquer, em casa ou fora.

Como é relativamente fácil o acesso a uma ocupação e a uma aprendizagem profissional feita no exercício profissional e a um rendimento, ainda que elementar, nestas áreas de forte presença de mercados de trabalho secundários¹⁵, estas famílias recorrem ao abandono e à saída da escola, ainda que desqualificado de modo sereno e com um terreno envolvente relativamente almofadado, como quem movimenta certamente as peças do puzzle que as rodeia.

Dadas as marcas sociais de pobreza que caracterizam a generalidade das famílias aqui consideradas e os contextos sociais em que estão inseridas, cremos que é da maior pertinência o estudo da relação entre estas variáveis e o percurso escolar dos filhos e as razões para o abandono escolar precoce. Estas famílias transportam consigo uma história, ou seja, um conjunto de crenças acerca da escola, as suas experiências passadas, uma particular visão acerca do papel da escola na sociedade e um relacionamento difícil com a(s) escola(s) dos seus filhos.

¹⁵ Piore, Dolinger e Berger identificaram, nos EUA, a existência de "mercados de trabalho": um primário, constituído por empregos prestigiados, melhor remunerados, localizados nas maiores empresas e mais modernas, e um secundário, que agrupa os empregos menos bem pagos, indiferenciados, exercidos em piores condições de trabalho, em pequenas empresas, ocupados predominantemente por minórias étnicas e por mulheres.

O regime de trabalho dos pais é igualmente diferenciador: enquanto que os filhos dos pais que trabalham por conta própria - entre os quais se encontram certamente os agricultores - completaram, em 54% dos casos, o máximo do 4º ano de escolaridade, esse mesmo valor, para os filhos dos pais que trabalham como assalariados por conta de outrem, é de apenas 42%; por isso, é entre estes últimos que se atingem níveis de escolaridade mais elevados, antes do abandono.

Igualmente se constata que são os filhos dos pais com mais baixa escolaridade que atingem níveis de escolaridade mais baixos antes do abandono escolar. Assim, 50% dos filhos, dos pais que têm como grau de instrução a 4ª classe, não ultrapassam a 4ª classe; já no caso dos filhos dos pais que têm o 6º ano de escolaridade esse valor diminui para 36% e aumenta o número dos que atingem o 6º ano.

Assiste-se, de facto, a uma situação em que o grau da escolaridade dos pais, a que está associado a posse de um certo capital cultural, é fortemente condicionador do grau de escolaridade dos filhos, o que é aliás bastante evidenciado pela sociologia da educação e pela produção estatística oficial (ex. Comissão Europeia, 1997: 174).

Finalmente, fica também patente a marca que o rendimento familiar introduz no nível de escolaridade que é atingido pelo jovem antes do seu abandono precoce.

Vejamos o Quadro nº 15.

Quadro nº 15

ANO DE ESCOLARIDADE COMPLETADO ANTES DE SAIR DA ESCOLA SEGUNDO O RENDIMENTO FAMILIAR.

RENDIMENTO FAMILIAR ANO DE ESCOLARIDADE	MENOS DE 45 C.	ENTRE 45 E 74 C.	DE 75 A 149 C.	DE 150 A 299 C.	DE 300 A 599 C.
1º	14	2	6	8	-
2º	5	5	10	4	-
3º	17	14	31	3	-
4º	186	168	243	58	1
5º	26	48	27	12	-
6º	65	135	342	154	8
7º	8	9	18	13	2
8º	2	2	3	5	1
9º	1	2	3	5	-
TOTAL	324	385	683	262	12

Se somarmos os filhos que atingem, no máximo, o 4º ano de escolaridade e os analisarmos segundo o rendimento familiar do agregado familiar, verificamos o seguinte:

- Menos de 45 contos - 68,5% atingem até à 4ª classe
- Entre 45 e 74 contos - 49,1% atingem até à 4ª classe
- Entre 75 e 149 contos - 42,5% atingem até à 4ª classe
- Entre 150 e 299 contos - 27,9% atingem até à 4ª classe

Ou seja, quanto maior é o rendimento familiar, maior é o nível de escolaridade atingido pelos filhos. Estamos, assim, perante uma situação social em que o nível socioeconómico dos agregados familiares é um elemento condicionante do nível de escolaridade atingido pelas crianças e pelos adolescentes.

Quanto aos "anos perdidos na escola", ou seja, as reprovações, também se verifica existir uma correlação entre o número de "anos perdidos" e o nível socioeconómico das famílias.

Assim, é entre os filhos dos agricultores que se encontram os jovens que têm mais reprovações antes de abandonarem a escola. Eles são os mais

representativos entre os que reprovam uma, duas e três vezes. São logo seguidos pelos filhos dos trabalhadores da construção civil.

Por outro lado, o regime de trabalho dos pais não parece influenciar significativamente o aproveitamento escolar dos filhos. Já o grau de instrução dos pais introduz alguma diferenciação na distribuição dos resultados. Na verdade, os pais que têm um grau de instrução mais elevado (até ao 6º ano) são aqueles em que o número de reprovações antes do abandono é comparativamente menor. Ele é sempre mais elevado entre os filhos dos pais com uma instrução que atinge apenas a 4ª classe/4º ano de escolaridade (cf. Quadro nº 16).

É entre os rendimentos familiares mais elevados (acima de 150 contos) que se situam diferenças assinaláveis quanto às reprovações durante o percurso escolar; a partir dessa classe de rendimentos a percentagem de filhos com 0 e 1 reprovação aumenta de 10% e a dos que apresentam 2 e 3 reprovações diminui 10%, sempre em relação ao rendimento inferior.

Quadro nº 16

NÚMERO DE "ANOS PERDIDOS" SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO DO PAI/MÃE

GRAU DE INSTRUÇÃO	ATÉ À 4ª CLASSE		ATÉ AO 6º ANO		ATÉ AO 11º ANO		ATÉ A UM CURSO MÉDIO
		%		%			
0 - 1	480	57.3	556	63.0	2	1	
2 - 3	301	36.0	294	33.3	2	2	
4 OU +	56	6.7	33	3.7	1	-	
TOTAL	837	100.0	883	100.0	5	3	

Quanto às razões invocadas pelos pais para o facto de os filhos não continuarem a estudar verificam-se também algumas variações nos resultados, uma vez segmentados por níveis socioeconómicos.

Em primeiro lugar, analisamos os resultados à luz da área de actividade profissional do pai/mãe, com base no Quadro nº 17.

Quadro nº 17

RAZÕES INVOCADAS PELOS PAIS PARA OS FILHOS NÃO CONTINUAREM A ESTUDAR, SEGUNDO A ÁREA DE ACTIVIDADE

ÁREA DE ACTIVIDADE	AGRICULT. %	PESCA %	C. CIVIL %	COMÉRCIO %	INDÚSTRIA %	SERVIÇOS %	TOTAL
Nº DA RESPOSTA							
1 ANOS A MAIS	5 1.2	-	8 2.6	2 3.7	18 3.4	6 2.9	39
2 NÃO APRENDEU	42 10.2	-	12 3.9	5 9.3	36 6.8	22 10.5	117
3 NÃO SERVE	1 0.0	-	3 1.0	-	3 0.6	1 0.5	8
4 GOSTA MAIS	51 12.4	10 58.8	65 21.4	18 33.3	133 25.3	51 24.4	328
5 REPROVOU MUITO	16 3.9	-	8 2.6	3 5.5	19 3.7	12 5.7	48
6 FIZERA O 6º	32 7.8	-	31 10.2	5 9.3	101 19.2	23 11.0	192
7 TINHA 14	13 3.2	-	10 3.3	1 1.8	20 3.8	2 1.0	46
8 NÃO QUERIA IR	114 27.8	-	77 25.3	1 1.8	76 14.5	44 21.0	312
9 PRECISAVA TRABALHAR	85 20.7	-	50 16.4	6 11.1	71 13.5	26 12.4	238
10 OUTRA	51 12.4	7 41.2	40 13.1	13 24.1	58 11.0	22 10.5	191
TOTAL	410 100.0	17 100.0	304 100.0	54 100.0	525 100.0	209 100.0	1519

As razões invocadas com maior frequência por parte dos pais ligados à actividade agrícola e à pesca são "ele não queria ir à escola" e "precisava do seu/sua filho(a) em casa" (equivalem a 49% das respostas deste grupo de pais).

Já entre os pais que exercem uma actividade industrial, as razões mais invocadas são: "ele gostava mais de ir trabalhar do que de estudar" e "já tinha feito o 6º ano".

Os pais ligados à construção civil valorizam mais "ele não queria ir à escola" e "ele gosta mais de trabalhar do que estudar" (equivalem a 47% das respostas deste grupo profissional). Este mesmo par de respostas é valorizado por 46% dos pais empregues na área dos serviços.

A razão "precisava do seu/sua filho(a) em casa" é focada por 21% dos agricultores, 16% dos pais ligados à construção civil, 14% dos pais com actividade industrial e 12% com actividade comercial.

A razão "ele não aprendia nada" é sobretudo valorizada pelos pais agricultores, bem como a razão "ele reprovou muitas vezes" e a razão "ele não queria ir à escola".

Este conjunto de "razões" em que o número de pais agricultores é sempre o mais acentuado evidencia um universo de particular inadequação entre o mundo da escola e este grupo social.

Cerca de 51% dos pais que invocam razões de cumprimento da obrigatoriedade escolar (tinha 14 anos) e da escolaridade obrigatória (tinha o 6º ano) estão ligados à indústria.

Se distribuirmos estas razões pelo regime de trabalho do pai/mãe não encontramos variações significativas. O mesmo acontece na distribuição segundo o grau de instrução. Já a segmentação pelos rendimentos familiares aponta para significativas orientações. Assim:

- (i) a razão "ele(a) não queria ir à escola" é mais invocada pelas famílias com menor rendimento (27% contra por exemplo, 16% da classe de rendimentos entre os 75 e os 149 contos e 20% da classe entre os 150 e 299 contos);
- (ii) a razão "ele(a) gostava mais de trabalhar do que de estudar" é salientada particularmente entre as famílias de maior rendimento (24% contra 14% das famílias de menor rendimento);
- (iii) a razão "Você precisava do seu filho em casa" é sublinhada particularmente entre famílias com menor rendimento (19% contra 9% entre as de maior rendimento);
- (iv) a razão "ele(a) já tinha feito o 6º ano" é mais salientada pelos agregados familiares de maior rendimento (20% contra 5% dos agregados de menor rendimento);
- (v) a razão "o seu filho não aprendia nada" recolhe, entre as famílias de menor rendimento, o dobro do peso relativo do que aquele que reúne entre as famílias de maior rendimento (12% contra 6%).

Se juntarmos as três razões mais ligadas à rejeição do universo escolar ("ele não aprendia nada", "ele não queria ir à escola" e "reprovou muitas vezes") verificamos que elas prefazem 28% das razões invocadas pelos agregados familiares de maior rendimento e 43% dos agregados de menor rendimento (Quadro nº 18).

Quadro nº 18

RAZÕES PARA NÃO CONTINUAR A ESTUDAR, DISTRIBUÍDAS SEGUNDO O RENDIMENTO FAMILIAR

RENDIMENTO FAMILIAR (CONTOS)	MENOS DE 45 c. %	DE 45 A 74 c. %	DE 75 A 149 c. %	DE 150 A 299 c. %	DE 300 A 599 c. %	TOTAL %
1 ANOS A MAIS	6 1.9	6 1.6	26 3.8	4 1.5	+ -	42 2.5
2 NÃO APRENDEU	40 12.4	34 8.9	44 6.4	16 6.1	+ -	134 8.1
3 NÃO SERVE P/NADA	1 0.0	3 0.1	4 0.6	+ -	+ -	8 0.5
4 PREFERE TRABALHAR	44 13.6	71 18.5	169 24.7	61 23.3	2 16.7	347 20.9
5 REPROVOU MUITAS VEZES	12 3.7	16 4.2	14 2.0	6 2.3	1 0.3	49 2.9
6 FIZERA O 6º ANO	18 5.6	28 7.3	108 15.8	51 19.5	3 25.0	208 12.5
7 TINHA 14 ANOS	6 1.9	5 1.3	30 4.4	10 3.8	+ -	51 3.0
8 NÃO QUERIA IR À ESCOLA	89 27.2	99 25.8	107 15.7	52 19.8	5 41.7	351 21.1
9 PRECISA DO FILHO A TRAB.	62 19.2	72 18.8	119 17.4	23 8.8	1 0.3	277 16.7
10 OUTRA	46 14.2	49 12.8	62 9.1	39 14.9	+ -	196 11.8
TOTAL	323 100.0	383 100.0	683 100.0	262 100.0	12 100.0	1663 100.0

Constata-se, assim, haver um acentuado significado do vector rendimento familiar sobre as razões invocadas pelos pais para o abandono escolar precoce.

Em síntese, as características de ordem socioeconómica e cultural das famílias são fortemente condicionadoras do abandono escolar precoce. Entre os dados que o atestam podemos destacar, por exemplo:

- (i) entre os adolescentes que abandonam a escola com um menor nível de escolaridade, os mais representados são os filhos dos agricultores, os filhos dos pais cujo grau de instrução se queda pela 4ª classe e os que fazem parte de agregados familiares de mais baixo rendimento;
- (ii) número de reprovações que precedem o abandono é mais elevado entre os filhos de agricultores, seguido pelos pais que trabalham na construção civil e entre os pais cujo grau de instrução atinge apenas a 4ª classe; também se constata que quanto maior é o rendimento familiar tanto mais diminuem as reprovações que precedem o abandono;
- (iii) quanto às razões que, segundo os inquiridos, justificam o abandono prematuro, as que se relacionam com a rejeição do universo escolar estão mais presentes entre os agregados de menor rendimento.

Estamos assim, diante de um leque de famílias que tem evidentes dificuldades em se relacionar com o universo escolar. Estas dificuldades transformam-se em ruptura manifesta quanto mais fechamos este leque de famílias sobre aqueles em que os rendimentos são menores, os níveis de escolarização são mais baixos e a actividade profissional se circunscreve à actividade agrícola.

A ENTRADA NO MUNDO DO TRABALHO E NO EMPREGO

Na generalidade dos países desenvolvidos têm vindo a pôr-se em prática medidas de política que visam acompanhar e apoiar os complexos processos de inserção socioprofissional dos jovens que abandonam prematuramente a escola. Comumente chamado "jovens em risco", este grupo tem sido alvo de numerosas medidas específicas que visam normalmente três objectivos simultâneos: facultar o completamento da escolaridade básica, proporcionar a aquisição de uma qualificação profissional inicial e preparar a inserção na actividade laboral, através da realização de experiências de trabalho, estágios, contratos formação-emprego, etc..

No âmbito deste estudo procurou-se também perceber melhor o processo de inserção laboral deste grupo específico de adolescentes, tendo bem presente que este grupo, oriundo de famílias de baixos recursos económicos e sem qualificação escolar mínima, nos ambientes produtivos já identificados, encontrará acrescidas dificuldades em encontrar empregos bem remunerados, vínculos seguros e boas expectativas de mobilidade profissional, embora tenha, muito provavelmente, pouca dificuldade em encontrar um lugar no mercado de trabalho local.

A primeira questão relacionada com a problemática de inserção socioprofissional inquiriu os pais sobre o primeiro trabalho desempenhado pelos filhos.

O resultado é o seguinte:

Quadro nº 19

PRIMEIRO TRABALHO DO(A) FILHO(A) AO SAIR DA ESCOLA

	Nº	%
TRABALHO DOMÉSTICO	183	10.3
OLEIRO	195	10.9
COSTUREIRA	201	11.2
MECÂNICO	48	2.7
MARCELEIRO	49	2.7
POLIDOR	17	0.9
COZINHEIRO	34	1.9
EMPREGADA DOMÉSTICA	41	2.3
AGRICULTOR	151	8.4
VENDEDOR	10	0.6
PEDREIRO	187	10.4
PADEIRO	11	0.6
OPERÁRIO	307	17.1
DESENHADOR	13	0.7
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO	10	0.6
EMPREGADO DE BALCÃO	31	1.7
JORNALISTA	48	2.7
ESTAMPADOR	16	0.9
NENHUM	162	9.0
OUTRAS	94	4.7
TOTAL	1797	100.0

As profissões desempenhadas pelos jovens são, em geral, pouco qualificadas. Convém notar que, para além do trabalho doméstico, apenas 9% não obteve emprego ao sair da escola, o que pode evidenciar, por um lado, uma procura de mão-de-obra pouco qualificada por parte dos empregadores e, por outro, uma boa justificação para os pais desejarem uma prematura saída da escola.

Na verdade, a altíssima taxa de emprego destes jovens vem demonstrar que a saída prematura da escola combina com um processo de inserção socio-profissional imediata. Existe, efectivamente, uma economia local que carece de uma mão-de-obra desqualificada e barata para sobreviver e que,

para tal exerce o seu poder de atracção sobre as famílias e sobre os próprios adolescentes escolarizados (e, em boa parte, compulsivamente escolarizados).

Como evidencia o estudo sobre "Os Empresários e o Mercado do Primeiro Emprego. Estratégias de Recrutamento"⁽¹⁶⁾, com base num inquérito realizado junto de uma amostra representativa de empresários das Regiões Norte e Centro, a generalidade dos empresários continua a dar prioridade no recrutamento à admissão de mão-de-obra não qualificada ou pouco qualificada. Se é certo que esta não será a estratégia dominante nos segmentos do mercado do trabalho mais competitivos e modernizados, também é verdade que ela ainda é significativa para o conjunto das empresas que compõem o nosso tecido empresarial, pequenas e muito pequenas empresas, continuamente incorporadoras de mão-de-obra.

Este estudo, realizado em 1997, na sequência da investigação que aqui se apresenta, chega a outras conclusões que importa sublinhar. O recrutamento é realizado, em três quartos das empresas inquiridas (uma amostra representativa das empresas do país, com incidência na Região do Norte e Centro), pelo próprio "patrão". O recrutador tem o seguinte perfil genérico: é do sexo masculino, tem uma idade média de 44 anos e um baixo nível de escolaridade (três quartos possui apenas o ensino básico).

O recrutamento do primeiro emprego privilegia como fonte as vias informais; quando o empresário entra em contacto com o potencial recrutado, este já lhe foi "recomendado". Os factores associados à personalidade e ao comportamento do candidato são tomados como os elementos preponderantes na decisão a tomar. Os principais critérios de selecção são, segundo os responsáveis inquiridos, a formação geral do candidato e a sua capacidade de aprendizagem (que surgem à frente da formação profissional certificada e da própria classificação escolar).

O estudo conclui também que os empresários inquiridos revelam um grande desconhecimento acerca do funcionamento dos sistemas de produção de qualificações, sejam escolares sejam profissionais.

¹⁶ Estudo promovido pela Associação Industrial Portuguesa e coordenado pelo autor deste trabalho, realizado em 1997 e publicado em 1998.

Já em 1983, a Nota Pastoral do Episcopado Português referia que, "tais empresas, incapazes de se modernizar, assentam as bases da sua competitividade na mão-de-obra barata, pouco qualificada e intensiva. As incertezas do mercado, a concorrência interna e externa, as dificuldades de aceder ao crédito, levam os empresários a adoptar estratégias de curto-prazo e imediatistas.

É de prever que esta atractividade encontre um bom eco no grupo socioeconómico em questão, que, como já vimos, é pobre e possui contidas expectativas de mobilidade social ascendente.

A distribuição por sexos vem tornar patentes alguns resultados já tradicionais em estudos semelhantes. Assim:

- (i) há profissões exclusivamente masculinas (Mecânico, Polidor, Padeiro), quase exclusivamente masculinas (Marceneiro, Pedreiro, Estampador) e maioritariamente masculinas (Oleiro - 74%, Agricultor - 73% e Jornaleiro - 81%);
- (ii) há profissões exclusivamente femininas (Costureira, Auxiliar de Educação), quase exclusivamente femininas (Empregada Doméstica) e maioritariamente femininas (Operário - 66%);
- (iii) há um conjunto de profissões que se distribuem nesta amostra, de modo idêntico por ambos os sexos, como: Cozinheiro, Vendedor, Desenhador, Empregado de Balcão;
- (iv) apenas 10 jovens obtiveram um trabalho na área dos Serviços e 11% desempenharam a sua primeira actividade profissional na Agricultura (Agricultor e Jornaleiro).

A distribuição segundo as idades actuais dos jovens não evidencia alterações significativas quanto ao acesso à primeira actividade profissional.

De seguida, procurou-se saber se este primeiro trabalho foi remunerado ou não. Constatou-se que este trabalho era, em geral, remunerado, conforme se pode verificar pelos resultados.

Quadro nº 20

TIPO DE TRABALHO QUE O(A) FILHO(A) COMEÇOU A REALIZAR

	Nº	%
TRAB. NÃO REMUNERADO	108	6.0
TRAB. REMUNERADO	1173	65.3
AJUDA FAMILIAR SEM REMUNERAÇÃO	341	1.0
AJUDA FAMILIAR COM REMUNERAÇÃO	72	4.0
OUTRA SITUAÇÃO	95	5.3
NS/NR	8	0.4
TOTAL		100.0

Apesar disto, verifica-se haver um volume significativo de situações em que o trabalho é exercido sem remuneração, um em cada quatro, sendo em grande parte circunscrito à ajuda familiar (19 em 25%).

O trabalho em regime de ajuda familiar envolve 23% dos jovens (como vimos, 16% dos pais inquiridos diziam que precisavam deles em casa e que, por isso, haviam saído da escola antes dos 15 anos).

A distribuição destes resultados por sexo revela existir uma maior percentagem de raparigas no trabalho sem remuneração: 28%, contra 23% no caso dos rapazes.

O questionário dirigiu-se seguidamente para a tentativa de perceber o porquê do trabalho sem remuneração. Pelas respostas obtidas (401 em 449 possíveis) verificamos que os pais atribuem, na maioria dos casos, ao regime de ajuda familiar a não remuneração do trabalho.

Vejamos os resultados:

Quadro nº 21

RAZÕES PARA O TRABALHO SEM REMUNERAÇÃO

	Nº	%
POR TRABALHAR PARA OS PAIS	81	20.2
PORQUE ESTAVA A APRENDER	40	10.0
PARA AJUDAR A FAMILIA	254	63.3
PORQUE NÃO TINHA IDADE	12	3.0
OUTRAS RAZÕES	14	3.5
TOTAL	401	100.0

A distribuição destas respostas segundo o sexo apresenta um elemento digno de registo: dos 81 casos em que a razão invocada para a não remuneração é "trabalhar para os pais", 70 são para raparigas. Nas outras respostas não há oscilações significativas. Este dado alerta para o facto de estarmos perante um quadro em que é maior entre as raparigas a precariedade da inserção socioprofissional, cabendo-lhes um lugar mais destacado na ajuda familiar. Nestas famílias, como vimos, uma boa parte das mães são "domésticas", suportando as lides da casa e, muitas vezes, da agricultura de subsistência.

De seguida, indagou-se o nível e o tipo de mobilidade existente no primeiro trabalho obtido por estes jovens saídos da escola antes dos 15 anos.

Conclui-se que 67% mantém actualmente o mesmo emprego que obteve à saída da escola e que 27% mudou uma vez ou mais vezes de emprego (6% não sabe ou não responde), o que corresponde a uma acentuada estabilidade no tipo de actividade que se exerce:

Quadro nº 22

DEPOIS DESTA PRIMEIRO TRABALHO, O SEU/SUA FILHO(A) JÁ TEVE OUTROS TRABALHOS?

	Nº	%
SIM, JÁ TEVE OUTROS TRABALHOS	487	27.1
NÃO, NÃO TEVE OUTROS TRABALHOS	1196	66.6
NS / NR	114	6.3
TOTAL	1797	100.0

Quanto ao tipo de mobilidade verifica-se que ela se desenvolve preferencialmente dentro do mesmo género de profissão, conforme se pode constatar pela leitura do Quadro nº 23.

Quadro nº 23

OUTROS TRABALHOS OCUPADOS PELOS JOVENS

PROFISSÃO	OUTRA OCUPAÇÃO 1ª VEZ	OUTRA OCUPAÇÃO 2ª VEZ	OUTRA OCUPAÇÃO 3ª VEZ	Nº DE OCORRÊNCIAS COMO 1ª PROFISSÃO
ANOS PERDIDOS				
OLEIRO	38	34	5	195
COSTUREIRA	34	10	2	201
MECÂNICO	20	11	1	48
MARCENEIRO	22	1	3	49
COZINHEIRO	45	5	—	34
EMPR. DOMÉSTICA	37	5	1	41
AGRICULTOR	15	2	—	151
PEDREIRO	59	17	6	187
OPERÁRIO	119	46	6	307
EMPR. BALCÃO	10	4	—	31
JORNALERO	15	2	1	48
ESTAMPADOR	10	7	—	16
OUTRAS*	46	25	7	—
TOTAL	470	169	32	—

* Só se discriminaram os casos em que há pelo menos 10 ocorrências (na 1ª vez) e 5 ocorrências (na 2ª vez). Na 3ª vez discriminaram-se todas as ocorrências e este grupo de profissões.

Pode-se sublinhar que entre os que já obtiveram outro trabalho (487) há alguns casos em que a mobilidade é mais acentuada. Assim, cerca de um em cada três destes jovens já mudou uma terceira vez de "trabalho" (35%) e 7% já mudou quatro vezes de "trabalho".

As actividades profissionais que registam mais rotação de empregos e se revelam mais instáveis são as de cozinheiro, empregada doméstica, marceneiro, mecânico e estampador. Ao contrário, uma das que regista mais estabilidade parece ser a de agricultor.

Surgem também como instáveis a de oleiro, costureira, operário, pedreiro, empregado de balcão e jornaleiro.

A instabilidade pode medir-se também pelo tempo de permanência em cada um destes trabalhos. Procuramos sabê-lo e os resultados obtidos foram os seguintes:

Quadro nº 24

TEMPO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS OUTROS TRABALHOS

TEMPO DE EXERCÍCIO DO TRABALHO	1ª VEZ	2ª VEZ	3ª VEZ
MENOS DE 6 MESES	73	18	8
DE 6 MESES A 1 ANO	85	21	8
DE 1 A 2 ANOS	141	37	8
DE 3 A 5 ANOS	118	49	10
MAIS DE 5 ANOS	53	44	3

Pode constatar-se que a mudança de empregos ocorre em dois terços dos casos, pelo menos, após um ano de actividade profissional. Ao mesmo tempo é mister observar-se que 64% destes segundos empregos e 45% dos terceiros não duram mais de dois anos.

Em resumo, a instabilidade de empregos afecta um em cada quatro jovens ou seja 27% dos jovens em estudo e entre estes, 36% muda uma vez de emprego e 6% muda uma terceira vez. Estes segundos empregos são igualmente pouco estáveis.

Voltando ao universo dos jovens em análise indagou-se junto dos pais qual o destino dado ao salário. Os resultados são estes:

Quadro nº 25

QUE DESTINO DÁ O SEU/SUA FILHO(A) AO SALÁRIO QUE RECEBE?

ENTREGA-O AOS PAIS	687	38.2%	47.7%
DÁ PARTE PARA AS DESPESAS FAMILIARES	488	27.2%	33.9%
GUARDA-O TODO PARA SI	265	14.7%	18.4%
NS / NR	357	19.9%	Excluído
TOTAL	1797	100.0%	100.0%

Se atentarmos no facto de haver 38% dos jovens que entregam o salário aos pais (diga-se, de passagem, que 46% dos jovens tem menos de 18 anos), e de 65% dar pelo menos parte do salário para as despesas familiares, podemos inferir que há uma efectiva participação destes jovens no rendimento familiar, mesmo que os pais invoquem que não terá sido essa a motivação principal da sua saída precoce da escola.

Esta elevada comparticipação dos filhos no rendimento familiar vem viabilizar a formulação da hipótese de que os contratos de trabalho destes jovens, não no plano da lei mas no plano dos factos, são contratos estabelecidos sob a égide conjunta e conexas do empresário e dos pais. Existem efectivamente três partes envolvidas no contrato, podendo até dizer-se que, na generalidade dos casos, a parte jovem é a que menos influi inicialmente no seu estabelecimento.

Aliás, a comparticipação dos filhos menores no rendimento familiar é bastante mais vasta do que aquela que está aqui em análise. Sei que os serviços regionais do Ministério da Educação, sediados na Região do Norte, são constantemente confrontados com pedidos de autorização de funcionamento de escolas primárias em regime duplo, havendo como justificação para essa excepção o facto de os pais precisarem dos filhos mais tempo em casa. Se é verdade que muitos professores não estão geralmente desvinculados desta pretensão, aderindo e fazendo aderir outros pais a ela, por comodidade pessoal, não podemos ignorar o alastramento do trabalho infantil de âmbito familiar, normalmente associado ao trabalho no campo e ao trabalho à peça.

Para analisar a inserção laboral destes jovens também se inquiriram os pais acerca da satisfação dos filhos no seu trabalho actual. Aqueles dizem que estes se encontram, em geral, satisfeitos. Vejamos:

Quadro nº 26

○ SEU/SUA FILHO(A) SENTE-SE BEM NO TRABALHO ACTUAL?

	Nº	%
SENTE-SE BEM NO TRABALHO ACTUAL	1229	68.8
NÃO SE SENTE BEM NO TRABALHO ACTUAL	259	14.4
NS / NR	309	17.2
TOTAL	1797	100.0

Perguntou-se ainda, aos pais, apenas nos casos em que há insatisfação, face ao emprego actual, qual a profissão que o filho gostaria de ter.

A profissão de professor é a que concentra de modo particular os desejos de ascensão social e de melhoria das condições de vida. Após esta e já longe do seu "score" surgem a de mecânico e empregado de escritório, costureira, cabeleireiro e motorista. Só depois surgem as profissões de médico, advogado e engenheiro. O baixo nível socioeconómico da população em análise fica bem expresso nesta resposta (ver quadro seguinte).

Quadro nº 27

QUAL A PROFISSÃO QUE ELE(A) GOSTAVA DE TER?

PROFESSOR	105	ELECTRICISTA	15
MECÂNICO	63	COZINHEIRO	14
EMP. ESCRITÓRIO	59	EMPRESÁRIO	14
COSTUREIRA	42	OLEIRO	13
CABELEIREIRO	39	ENFERMEIRO	13
MOTORISTA	34	MARCEIRO	12
MÉDICO/CIENTISTA	32	EMPR. DOMÉSTICA	11
ARTISTA/DESPORTISTA	30	EMPR. BALCÃO	11
PEDREIRO	29	POLÍCIA	11
ADVOGADO	24	BANQUEIRO/INFORMÁTICO	11
OPERÁRIO	23	OUTRAS	65

O mesmo se verifica quanto a outra pergunta semelhante, mas, neste caso, directamente endereçada ao pai/mãe inquirido: qual a profissão que deseja para este seu/sua filho(a)?

Observemos:

Quadro nº 28

QUE PROFISSÃO DESEJA PARA ESTE(A) FILHO(A)?

PROFESSOR	218	COZINHEIRO	30
MÉDICO/CIENTISTA	177	MARCENEIRO	20
EMP. ESCRITÓRIO	148	EMP. DOMÉSTICA	20
MECÂNICO	83	OLEIRO	16
PEDREIRO	77	EMP. BALCÃO	16
COSTUREIRA	73	ARTISTA/DESPORTISTA	15
OPERÁRIO	62	ELECTRICISTA	13
ADVOGADO	59	PADRE/RELIGIOSO	11
EMPRESÁRIO	47	AGRICULTOR	10
ENFERMEIRO	46	POLÍCIA	10
ENGENHEIRO	39	ESTAMPADOR	10
CABELEIREIRO	34	OUTRAS *	86
MOTORISTA	31	TOTAL	1351

* Menos de 10 ocorrências

A de professor é particularmente desejada para as raparigas (154 ocorrências, contra 64 relativas aos rapazes), a de médico/cientista está equitativamente distribuída pelos sexos e a de empregado de escritório é também preferida para as raparigas (82 casos face a 66).

As profissões de mecânico e de pedreiro são consideradas quase exclusivamente masculinas e a de costureira quase exclusivamente feminina. As profissões de advogado e de empresário distribuem-se com uma ligeira prevalência masculina, enquanto que a de enfermeiro volta à predominância feminina (38 contra 8 ocorrências).

As outras profissões que surgem predominantemente destinadas a um sexo são: cabeleireiro (88% feminina), motorista (94% masculina), marceneiro (100% masculina), empregada doméstica (100% feminina), oleiro (88% masculina), artista/desportista (93% masculina), electricista (100% masculina), padre/religioso (91% masculina), agricultor (80% masculina) e polícia (90% masculina).

Como se referiu inicialmente, estamos diante de um conjunto de famílias cuja ambição relativamente à mobilidade social é contida pelas condições de vida, ou seja, neste caso, pelo seu baixo nível socioeconómico e cultural. Não deixa, por isso, de ser estranho e de nos remeter para o imaginário destes grupos socioeconómicos a pretensão de ver os filhos a exercer profissões de professor, médico, cientista, advogado, engenheiro, etc..

O NÍVEL SOCIOECONÓMICO E A INSERÇÃO LABORAL

Começamos a apresentação dos resultados relativos à articulação entre o nível socioeconómico e a inserção laboral pelo primeiro trabalho desempenhado pelos jovens.

A distribuição segundo o regime de trabalho dos pais (por conta própria ou por conta de outrem) não revela oscilações significativas.

Quanto à segmentação pelo ramo de actividades do pai/mãe, verifica-se haver um conjunto de elementos a destacar (cfr. Quadro nº 29):

- (i) há uma nítida tendência dos filhos dos agricultores para ingressarem na actividade profissional através da agricultura. Em muitos outros casos de filhas de agricultores, as raparigas começam pelo trabalho doméstico o que, entre outras coisas, pode significar um apoio à actividade agrícola do agregado familiar;
- (ii) os filhos dos pais que exercem uma actividade profissional no ramo da construção civil concentram-se na actividade de pedreiro, seguida da de operário e de oleiro;
- (iii) o maior número de ocorrências entre os filhos dos pais que exercem actividade no comércio é como empregados de balcão;
- (iv) verifica-se uma grande concentração, entre os filhos cujos pais trabalham na indústria, nas actividades de operário, costureira e oleiro.

Pode concluir-se que existem vários casos de jovens cuja inserção laboral se processa em actividades profissionais semelhantes às dos pais. Esta constatação leva-nos a considerar a existência de uma tendência para a reprodução do estatuto socioeconómico e cultural intergeracional no seio destas famílias.

Quadro nº 29

DISTRIBUIÇÃO DO PRIMEIRO TRABALHO DOS FILHOS SEGUNDO O RAMO DE ACTIVIDADE DOS PAIS

RAMO DE ACTIVIDADE DOS PAIS PRIMEIRO TRABALHO DOS FILHOS	AGRICULT.	PESCA	C. CIVIL	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
DOMÉSTICA	89	—	21	6	20	20
OLEIRO	40	1	40	1	74	17
COSTUREIRA	13	1	25	2	103	37
MECÂNICO	6	—	9	3	18	3
MARCENEIRO	6	—	7	—	17	9
POLIDOR	3	—	3	—	9	—
COZINHEIRO	7	—	1	3	11	6
EMP. DOMÉSTICA	10	—	7	—	4	6
AGRICULTOR	97	—	10	2	6	13
VENDEDOR	1	2	—	1	1	3
PEDREIRO	29	4	63	4	31	17
PADEIRO	1	—	2	1	3	4
OPERÁRIO	49	3	49	5	134	29
DESENHADOR	1	—	5	—	4	2
AUX. EDUCAÇÃO	4	—	1	—	2	—
EMP. BALÇÃO	6	—	2	7	13	6
JORNALEIRO	25	—	1	—	1	3
ESTAMPADOR	—	—	4	—	11	1
NÃO CRUZAM C/NENHUMA	25	2	40	8	28	21
CRUZAM C/OUTRAS P.	4	4	17	11	35	12
TOTAL	410	17	307	54	525	209

A segmentação desta variável "primeiro trabalho do(a) filho(a)" segundo o grau de instrução dos pais, não introduz nenhuma variação significativa. A mesma segmentação segundo o rendimento familiar revela, como dado mais interessante, o facto de ser entre os rendimentos familiares mais baixos que se concentram os jovens cujo primeiro trabalho se situa na agricultura (agricultor e jornaleiro) e como "doméstica".

Quanto à remuneração do primeiro trabalho a sua leitura segundo as variáveis relacionadas com o nível socioeconómico dos pais permite salientar os seguintes resultados:

- (i) entre os trabalhadores por conta própria - entre os quais se encontram os agricultores - cerca de 29% dos filhos exerce uma actividade familiar não remunerada, contra apenas 15% dos filhos dos que exercem uma actividade por conta de outrem;
- (ii) é entre o escalão etário 11-13 anos e 14-16 anos que se situa, naturalmente, o maior peso relativo dos jovens que exercem uma actividade sem remuneração, respectivamente 67% e 32%. Em todos os outros escalões este valor não excede os 18%;
- (iii) entre os jovens que exercem a sua actividade profissional não remunerada constata-se que a sua importância relativa é muito maior entre os filhos dos pais do ramo agrícola; aí 44% dos filhos exercem um trabalho não remunerado, contra 21% no ramo da construção civil, 33% no comércio, 14% na indústria e 24% nos serviços;
- (iv) é entre os agregados familiares de mais baixo rendimento que se encontra um maior volume de jovens que trabalham sem remuneração (47% contra p.ex., 16% no caso dos agregados da classe de rendimentos entre os 75 e os 149 contos);
- (v) a segmentação segundo o grau de instrução do pai/mãe não introduz oscilações dignas de registo.

No que se refere à distribuição das respostas sobre os porquês do trabalho sem remuneração, segundo as variáveis de tipo socioeconómico, pode concluir-se o seguinte:

- (i) os porquês do trabalho sem remuneração são justificados sobretudo pelos pais que são agricultores. De facto, 50% das respostas pertencem-lhes e concentram-se sobretudo no aspecto "para ajudar a família";
- (ii) do mesmo modo, é entre o conjunto de mais baixos rendimentos que se situam 42% das razões justificativas do trabalho não remunerado. Nos dois conjuntos que se situam acima dos 150 contos apenas surgem 5% das justificações;
- (iii) as segmentações pelo regime de trabalho e pelo grau de instrução dos pais não se mostram relevantes.

Sobre a mobilidade dos empregos no processo de inserção socioprofissional destes jovens quisemos também perceber o impacto das variáveis de tipo socioeconómico. Verificamos o seguinte:

- (i) existe maior instabilidade no emprego no processo de inserção socioprofissional dos filhos dos agricultores (surge em 37% dos casos). No ramo da Construção Civil, a instabilidade surge em 30% dos casos, nos Serviços em 26% e em todos os outros aparece sempre abaixo da média verificada;
- (ii) esta instabilidade é maior entre os filhos dos pais que trabalham por conta própria (32% contra 26%, no caso dos pais que trabalham por conta de outrém) e é igualmente mais elevada entre os filhos dos pais com menor grau de instrução, na mesma razão de 32% para 26%;
- (iii) como seria previsível, também é entre os agregados familiares de menor rendimento que se situam os maiores níveis de instabilidade no primeiro emprego. Aí a existência de outros empregos atinge 40% dos jovens enquanto que em qualquer outro tipo de agregados de maior rendimento não passa dos 27%.

Quanto aos resultados sobre o destino dado ao salário, a sua distribuição segundo indicadores socioeconómicos revela-nos o seguinte:

- (i) constata-se que é entre os pais que trabalham no ramo da indústria que se situa o maior volume de filhos que entregam o salário todo aos pais (acontece em 65% dos casos). É entre os pais que trabalham na agricultura que se situa o volume mais baixo, a saber, 33%. Também é entre estes últimos que encontramos o maior peso relativo de filhos que "ficam com o salário todo para si" (31% contra 15% ou menos em qualquer outro ramo);
- (ii) os filhos entregam o salário todo aos pais em maior número no caso em que estes são trabalhadores por conta de outrém (55% contra 39% no caso em que trabalham por conta própria);
- (iii) é entre os agregados familiares de maior rendimento (sempre dentro dos limites de rendimento que aqui são considerados) que surgem mais casos (60%) em que os filhos entregam o salário todo aos pais e é entre os agregados de menor rendimento que existem mais situações em que o salário é todo para os jovens ou é repartido entre estes e os pais.

Assim, parece haver, mesmo fora dos agregados familiares que trabalham na agricultura, uma efectiva participação dos rendimentos dos filhos no

conjunto do rendimento familiar. O menor grau de participação verificado nos casos em que os pais trabalham na agricultura deverá entender-se no quadro já elucidado de menor remuneração do trabalho exercido nas explorações familiares. Haverá, sempre, deste modo, uma efectiva participação dos filhos nos rendimentos familiares mensais, podendo esta participação ser em dinheiro e em trabalho.

Quanto ao cruzamento da profissão que os pais desejam que os filhos tenham com o seu nível socioeconómico, constatamos os seguintes resultados:

- (i) as profissões mais desejadas pelos pais que trabalham por conta própria são as de professor (16%), empregado de escritório (12%), médico/cientista (11%), mecânico e costureira (6%); as profissões mais desejadas pelos pais que trabalham por conta de outrem são as de professor (17%), médico/cientista (15%), empregado de escritório (12%) e mecânico (6.5%);
- (ii) a distribuição segundo o grau de instrução não introduz novos elementos na análise; 11
- (iii) a segmentação pelos rendimentos familiares também não introduz elementos novos. Registe-se apenas que quanto às profissões mais desejadas há uma distribuição semelhante entre as várias classes de rendimento quanto à escolha de profissão de professor; já no que se refere à profissão de "médico/cientista" há uma tendência para uma maior valorização à medida que o rendimento familiar sobe (representa 6% das escolhas entre os mais baixos rendimentos e 21% entre os que se situam entre 150 e 299 contos). O mesmo se verifica quanto à escolha da profissão de empregado de escritório.

Registe-se ainda que há profissões que são maioritariamente desejadas pelo grupo familiar de mais baixos rendimentos: cozinheiro, empregada doméstica, agricultor, padeiro.

Passando agora ao grau de satisfação dos filhos quanto ao seu trabalho actual, o cruzamento com as variáveis socioeconómicas introduz apenas o seguinte elemento significativo: o grau de satisfação é maior entre os filhos de trabalhadores por conta de outrem (88% contra 78%) e é menor entre os filhos dos agregados com menor rendimento (75% contra 84%, no caso da classe de rendimento entre 150-299 contos).

Em síntese, a inserção laboral dos jovens que saem da escola antes dos 15 anos processa-se, em vários casos, em actividades semelhantes às dos pais; as actividades sem remuneração são as mais frequentemente exercidas pelos mais novos, pelos filhos dos agricultores e pelos jovens que integram agregados familiares de mais baixo rendimento; a instabilidade no emprego atinge sobretudo os filhos dos agricultores, dos pais que trabalham por conta própria e dos que possuem menor instrução e menor rendimento; é entre os pais que trabalham no ramo da indústria e entre os agregados familiares de maior rendimento que se situa o maior volume de casos de filhos que entregam o salário todo aos pais; o grau de satisfação dos filhos no seu trabalho actual (na opinião dos pais) é menor entre os agregados familiares de menor rendimento.

Existe como que um círculo vicioso de pobreza que condiciona negativamente um conjunto de variáveis intergeracionalmente. Os filhos destes pais, que abandonaram a escola antes dos 15 anos de idade, estão perante uma leque limitado de oportunidades sociais e em boa parte "condenados" a ingressar nos segmentos secundários ⁽¹⁷⁾ do mercado de trabalho.

¹⁷ Voltamos ao referente teórico de Piore, Dolringer e Berger. Ver nota n.º 15.

CONDIÇÕES EM QUE SE PROCESSA O TRABALHO

Nesta parte procurou-se conhecer as condições em que se processa o trabalho.

A primeira questão constou em saber se o trabalho é diurno ou noturno.

Obtivemos os resultados que se seguem:

Quadro nº 30

O SEU/SUA FILHO(A) TRABALHA DE DIA OU DE NOITE?

TRABALHA DE DIA	1425	79.3%	92.5%
TRABALHA DE NOITE	38	2.1%	2.5%
TRABALHA PARTE DO DIA/NOITE	77	4.3%	5.0%
NS/NR	257	14.3%	Excluído
TOTAL	1797	100.0%	-

A segunda questão consistia em saber se os pais consideram penoso o trabalho dos filhos:

Quadro nº 31

O TRABALHO DO SEU/SUA FILHO(A) É PENOSO OU NÃO?

SIM É PENOSO	544	30.3%	36.0%
NÃO É PENOSO	969	53.9%	64.0%
NS/NR	284	15.8%	Excluído
TOTAL	1797	100.0%	-

Em cerca de um em cada três casos, o trabalho é considerado penoso. Entre os rapazes o trabalho é penoso para 47% dos pais inquiridos e entre as raparigas é penoso para 23%.

Quanto ao número de horas de trabalho por dia a situação descrita pelos pais é a seguinte:

Quadro nº 32

NÚMERO DE HORAS QUE TRABALHA O(A) FILHO(A) POR DIA

	Nº	%
3 A 7 HORAS DE TRABALHO	52	2.8
8 HORAS DE TRABALHO	683	38.0
9 HORAS DE TRABALHO	584	32.5
10 HORAS DE TRABALHO	65	3.6
MAIS DE 10 HORAS DE TRABALHO	54	3.1
NS / NR	359	20.0
TOTAL	1797	100.0

Na amostra, é preciso destacar, há mais de cem casos (7%) de jovens que trabalham 10 e mais horas por dia.

O horário diário de trabalho oscila entre as 8 e as 9 horas para 71% dos inquiridos e, como se pode verificar, o número de dias de trabalho na semana é superior a 5 para 20% dos casos:

Quadro nº 33

NÚMERO DE DIAS QUE TRABALHA O(A) FILHO(A) POR SEMANA

	Nº	%	
1 A 4 DIAS DE TRABALHO	7	0.4%	0.5%
5 DIAS DE TRABALHO	1076	59.9%	74.6%
6 DIAS DE TRABALHO	301	16.8%	20.9%
7 DIAS DE TRABALHO	58	3.2%	4.0%
NS / NR	355	19.8%	Excluído
TOTAL	1797	100%	100%

Em ambos os casos os factores sexo ou idade não se revelam particularmente diferenciadores nas várias situações.

De seguida, procuramos saber as horas a que os filhos saíam de casa para o trabalho e a que horas regressavam. É o que os quadros seguintes apresentam.

Quadro nº 34

HORAS DE SAÍDA DE CASA DO(A) FILHO(A)

	Nº	%
ENTRE AS 4.00 E AS 6.30H	119	8.8
ÀS 7.00 H	157	11.4
ÀS 7.30 H	691	50.3
ÀS 8.00 H	244	17.8
ENTRE AS 8.30 E AS 9.00 H	69	5.0
APÓS AS 9.00 H	93	6.7
TOTAL	1373	100.0
NS/NR	424	

Quadro nº 35

HORAS DE REGRESSO A CASA DO(A) FILHO(A)

	Nº	%
ATÉ ÀS 12 HORAS	65	4.8
DAS 12.30 ÀS 16.30 H	87	6.4
DAS 17.00 ÀS 17.30 H	108	7.9
18.00 H	225	16.4
18.30 H	362	26.4
19.00 H	280	20.4
19.30 H	97	7.1
20 E MAIS HORAS	146	10.6
NS/NR	427	
TOTAL	1797	100.0

Verifica-se que o trabalho é realizado, em geral, perto de casa. Diga-se ainda que a saída de casa após as 15.00 h surge exclusivamente em casos de rapazes.

Também procedemos ao cruzamento destes resultados relativos às condições de trabalho com as variáveis de tipo socioeconómico. Os principais resultados são os que se apresentam de seguida:

- (i) o trabalho é mais frequentemente qualificado de penoso pelos pais que exercem actividade profissional nos ramos da Agricultura e Pesca, seguidos pelos que se situam no ramo da Construção Civil;
- (ii) os horários de nove horas situam-se maioritariamente entre os filhos dos pais que trabalham no ramo da Indústria (54% do total) e entre os pais que trabalham por conta de outrém;
- (iii) os jovens que trabalham mais dias por semana são os filhos dos pais que se dedicam à Agricultura; enquanto, entre estes, 59% dos filhos trabalham 6 e 7 dias, entre os que estão na Construção Civil esse valor é apenas de 17% e na Indústria de 12%. Só no caso dos pais que trabalham no sector dos Serviços é que este valor sobe para os 36%;
- (iv) os jovens que trabalham mais dias por semana são também mais numerosos entre os agregados familiares que trabalham por conta própria e entre os agregados familiares de menor rendimento. Os que trabalham 6 e mais dias por semana são 57% entre estes agregados e apenas 15% entre os agregados da classe de rendimentos entre 150-299 contos;
- (v) os jovens que saem mais tarde de casa para o trabalho e que, certamente trabalham em turnos, são filhos de pais que trabalham no ramo industrial.

Em síntese, quanto às condições em que se processa o trabalho, deve salientar-se o seguinte:

- (i) um em cada três pais considera que o trabalho do filho é penoso, particularmente os pais que trabalham nos ramos da Agricultura e Pesca e ainda no ramo da Construção Civil;
- (ii) há 7% dos jovens que, segundo os pais, trabalham 10 e mais horas por dia e um em cada três trabalha pelo menos nove horas por dia;
- (iii) 20% dos jovens trabalham mais de 5 dias por semana, sendo predominantes, entre estes, os filhos de agricultores e os filhos dos agregados familiares de menor rendimento.

A "entrada precoce" no mercado de trabalho contém, assim, para um número significativo de jovens, um conjunto de elementos negativos e penalizadores, associados às condições de trabalho proporcionadas.

O CONTACTO COM O CENTRO DE EMPREGO E O EVENTUAL RETORNO AOS ESTUDOS

Esta investigação terminou com a verificação da existência de contactos com o Centro de Emprego local e com a abordagem do eventual retorno aos estudos. Os resultados são os seguintes:

Quadro nº 36

CONTACTOS EFECTUADOS COM O CENTRO DE EMPREGO

	Nº	%
SIM, O(A) FILHO(A) JÁ CONTACTOU O CENTRO DE EMPREGO DA ÁREA	138	7.7
NÃO, O(A) FILHO(A) NÃO CONTACTOU O CENTRO DE EMPREGO DA ÁREA	1598	88.9
NS / NR	61	3.4
TOTAL	1797	100.0

De seguida, inquiriram-se estes respondentes sobre a sua motivação para a procura do Centro de Emprego. Os resultados são estes:

Quadro nº 37

MOTIVAÇÃO NA PROCURA DO CENTRO DE EMPREGO

	Nº	%
À PROCURA DE EMPREGO	85	61.6
À PROCURA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	11	8.0
PARA FREQUENTAR CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	36	26.1
OUTRA RAZÃO	6	4.3
TOTAL	138	100.0

Verifica-se, assim, que para estes jovens que abandonaram a escola antes dos 15 anos, a grande maioria dos quais sem uma qualificação escolar e a quase totalidade sem qualificação profissional inicial, não procuraram o

Centro de Emprego da sua área. Apenas 8% o fez.

Uma parte importante procura um emprego e a outra pretende frequentar um curso de formação profissional.

Quanto aos estudos, só 29% dos pais inquiridos pensa que o filho(a) poderá vir, mais tarde, a retomá-los.

Quadro nº 38

PENSA QUE O SEU FILHO(A) PODE VIR A RETOMAR ESTUDOS MAIS TARDE?

	Nº	%
SIM	525	29.2
NÃO	1102	61.3
NS /NR	170	9.5
TOTAL	1797	100.0

Se pensa retomar os estudos, em que regime pretende fazê-lo?

Quadro nº 39

REGIME EM QUE PODERÁ VIR A RETOMAR ESTUDOS

	Nº	%
DIURNO	47	9.0
NOCTURNO	478	91.0
TOTAL	525	100.0

Constata-se assim, que a maioria dos pais pensa que os filhos não voltarão à escola que os rejeitou e que eles rejeitaram e que, em cerca de 30% dos casos, os pais consideram que os filhos poderão vir, mais tarde, a retomar os estudos e que preferem claramente o regime nocturno ao regime diurno.

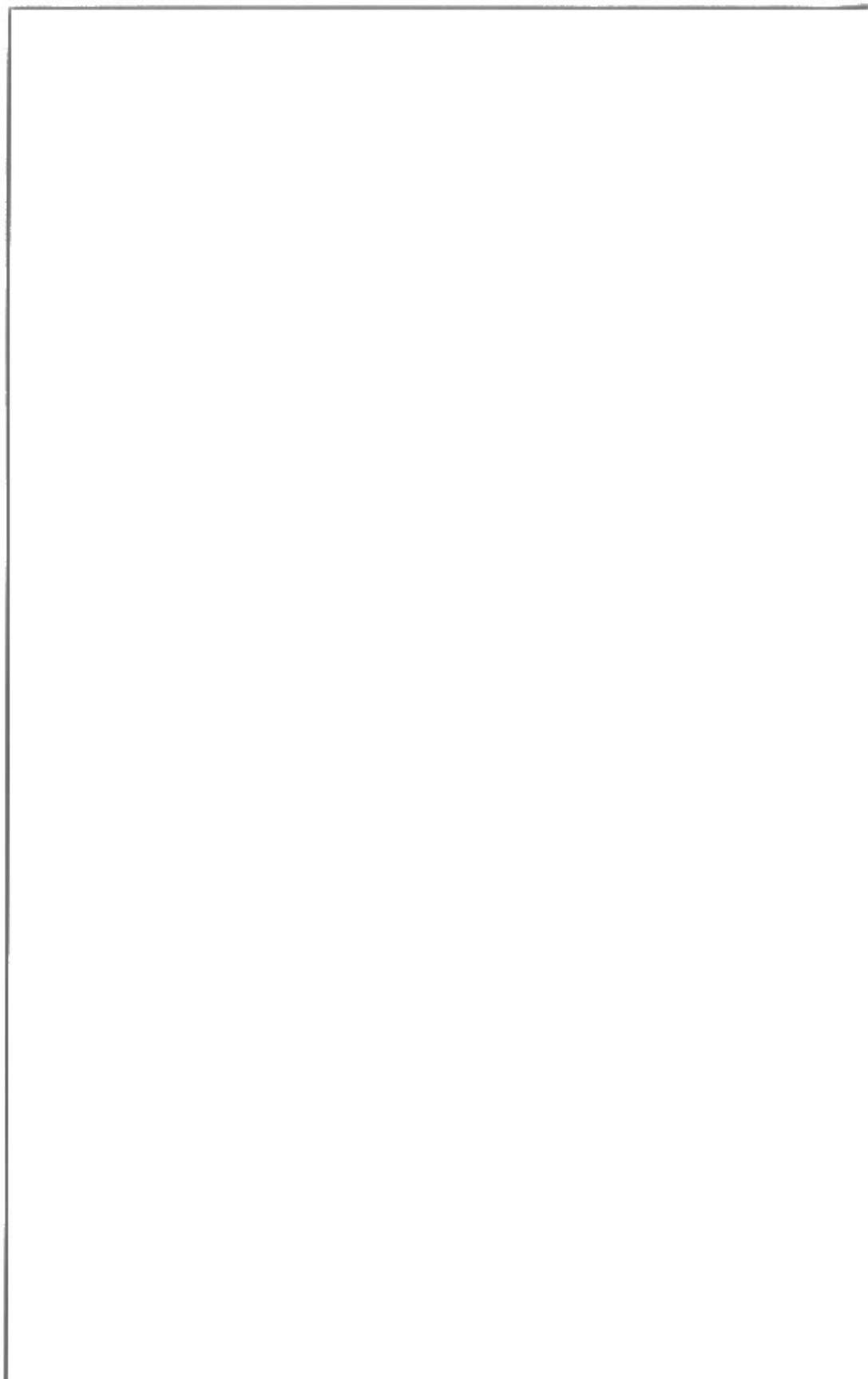
A distribuição por sexo e idade não introduz nenhum elemento significativo de diferenciação.

O cruzamento com as variáveis socioeconómicas relativas ao pai/mãe e aos agregados familiares revela que:

- (i) a ida ao Centro de Emprego é mais frequente entre os filhos dos trabalhadores no ramo da Indústria, nomeadamente para aceder a cursos de formação; é também mais frequente entre os trabalhadores por conta de outrem; é menos usual entre os agregados familiares de menor rendimento;
- (ii) a perspectiva de os filhos virem a prosseguir estudos está mais presente entre os pais que exercem actividade na Construção Civil (52% dos casos) e no Comércio (56% dos casos) e está menos presente entre os pais que trabalham na Agricultura (30%);
- (iii) o desejo dos filhos retomarem estudos é mais vincado entre os pais que possuem uma maior escolaridade de base (37% dos que possuem até ao 6º ano, contra 28% dos que possuem até ao 4º ano) e menos salientado entre os pais que integram agregados familiares com menores rendimentos.

Em síntese, para esta população o contacto com o Centro de Emprego é, em geral, pouco frequente. Quando ele se efectiva, visa sobretudo a procura de emprego. Cerca de um em cada três pais inquiridos declara que os filhos poderão vir a retomar, mais tarde, os estudos e, preferentemente, em regime nocturno. Apesar do clima de ruptura de que falamos acima, há uma valorização do espaço escolar como garantia de aquisição de estatutos socialmente relevantes.

Este facto constitui sem dúvida um elemento a reter para informação das políticas públicas de ensino e de formação profissional.



III

BREVE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Pode dizer-se, com bastante segurança, que esta investigação, mais do que assinalar ou destacar esta ou aquela causa do abandono escolar, vem reforçar a perspectiva de que persiste um quadro social mais vasto que favorece a manifestação do fenómeno do abandono precoce. Este conjunto de condicionalismos sociais revela-se como um quisto que teima em manter-se vivo num contexto social, económico e cultural, que suposta e desejavelmente deveria exibir outros comportamentos, mais próximos dos que ocorrem nos países europeus vizinhos dos nossos e mais apropriados a um esforço continuado de promoção da democratização social do país.

A atracção para a saída prematura da escolaridade obrigatória básica, universal e obrigatória, não deve buscar-se na acção isolada das famílias ou dos empresários, das escolas ou dos próprios adolescentes e jovens. Também dificilmente se perceberá pela mera justaposição destes sub-universos explicativos. No seu complexo e conflituoso entretecido há-de procurar-se, e talvez encontrar-se, um conjunto de focos de luz mais reveladores desta situação.

Ficaram, em todo o caso, aqui evidenciadas algumas características e atitudes destes actores sociais que revelam não só a acção de cada um como, simultaneamente, sugerem mútuas correlações entre si, em ordem à consecução de uma meta geral e comum: o aumento do rendimento económico.

Ainda que muito brevemente, podemos retomar a análise de algumas dessas características e atitudes. Quanto ao universo familiar destacamos as seguintes: agregados familiares numerosos; agregados de muito baixo rendimento económico; um baixo nível de escolarização dos pais; estes ocupam predominantemente profissões manuais e, em geral, pouco qualificadas; estas famílias alimentam, em geral, fracas expectativas de futura ascensão social e tendem a esperar a reprodução do ciclo de subalternidade em que se encontram no acesso e usufruto dos benefícios sociais existentes.

Quanto ao universo empresarial, o estudo vinca, mais ou menos directamente: que existe uma forte agressividade local na oferta de empregos mal remunerados e desqualificados; que se mantém um grande número de actividades que recorrem a um modo de produção artesanal e tradicional, como a confecção, o vestuário, o calçado, o mobiliário e a construção civil; que o recurso à contratação de crianças e jovens em idade escolar se processa por convergência de actuações e expectativas entre os empresários locais e os pais desses menores.

Estamos perante uma área geográfica onde predominam os mercados de trabalho secundários e os mercados de subcontratação, ao serviço de outros operadores económicos, nacionais e estrangeiros.

Pode ainda dizer-se, fruto da observação directa e do testemunho de vários professores, que a subcontratação do trabalho familiar à peça se pratica com abundância, havendo muitos casos de abandono escolar que visam responder de imediato a este apelo veemente de empresários locais.

No que respeita ao universo escolar, o estudo sublinha, antes de mais, um acentuado "mal-estar discente". Os pais e as crianças oriundas dos grupos socioeconómicos aqui considerados manifestam, de variados modos, a existência de um ambiente de incompatibilidade entre as famílias, os alunos e a escola, que põe em causa a sua permanência no estatuto de alunos. O insucesso escolar surge como um dos sinais mais distintos dessas incompatibilidades.

Mas, o conhecimento do autor acerca do funcionamento das escolas básicas pode adicionar outros, por exemplo: existe um currículo único, geral e comum, para todas as crianças e adolescentes até ao 9º ano (15-16 anos), e o ensino básico não apresenta uma terminalidade socialmente visível e reconhecida, o que força habitualmente a resolução dos casos de inadaptação escolar com a saída prematura (exclusão) da escola; as escolas são geridas quase exclusivamente de dentro e para dentro, como "serviços locais do Estado", como refere J. Formosinho, estando apenas no início uma nova prática da gestão e da administração escolar que visa favorecer e incentivar a intervenção local, conjunta e significativa, de outros actores sociais, como os pais, os empresários ou os autarcas.

Quanto ao universo juvenil, esta investigação optou por não recolher directamente elementos de opinião e análise formulados pelos próprios jovens. Não é, entretanto, de excluir que se verificará igualmente a acção directa destes na decisão familiar do abandono precoce. A construção das identidades pessoais, caldeadas num ambiente de baixas expectativas de ascensão social, bem como a busca de algum poder adicional, seja de consumo seja de afirmação individual face aos adultos, influenciarão certamente aquela decisão.

Seria importante observar mais aprofundadamente que, ao mesmo tempo que ocorre um processo de socialização, por via das instituições escolares de ensino básico, se verifica haver também um processo de subjectivação, na medida em que o adolescente, por via de uma leitura distanciada face às próprias debilidades do modelo escolar que o rodeia, recusa a relevância escolar e elege a actividade profissional como fazendo mais sentido para a sua vida.

Ora, como referimos acima, estas características e estas atitudes entrecruzam-se e, em vários casos, emaranharam-se de modo por vezes insondável: são expectativas de melhoria do rendimento familiar que não incluem um prévio investimento prolongado na escolarização dos filhos; são pais pouco escolarizados e que ocupam empregos pouco qualificados, que encontram lugares disponíveis no mercado de emprego; são empresários que desprezam a escolarização básica dos cidadãos, pelo menos tal como ela se processa à sua volta, nas suas estratégias de recrutamento de mão-de-obra; são empresários que expandem um modelo industrial altamente capaz de criar novos empregos, o que é atractivo para os pais destes grupos socioprofissionais e, em geral, para os seus filhos, apesar dos empregos serem indevidamente remunerados, serem desqualificados, precários e, em alguns casos, ilegais; são pais e empresários que, por vias e com propósitos diversos, convergem no apoio à contratação de crianças e de jovens, retirando-os do ambiente escolar; são escolas que vivem ensimesmadas, reproduzindo uma cultura e um ambiente que provoca um contínuo "mal-estar discente" em importantes franjas da população escolar; são escolas que tratam as dificuldades de progressão escolar de alunos oriundos destes meios socioeconómicos e culturais com a reprovação sucessiva e o conseqüente encaminhamento para o lado de fora dos portões da escola, como que dando assim as mãos aos pais e aos

empresários que lá os esperam; são as incompatibilidades contínuas no espaço escolar que acalentam no adolescente a vontade de prosseguir outras vias e outras vidas, ainda que mais arriscadas; são ambientes familiares e sociais que favorecem a inculcação, desde muito tenra idade, da ideia de que ganhar a vida e ser alguém é algo que se adquire na escola da vida, no trabalho, e este é o que existe disponível localmente; são as escandalosas ausências ou/e as sucessivas ineficiências de políticas públicas concertadas que favorecem a inversão de algumas destas tendências, envolvendo necessária e localmente estes mesmos actores sociais; são os pressupostos das acções de incentivo ao desenvolvimento local que procuram rígida e centralmente as soluções para os problemas sociais locais, sem negociar com e motivar os protagonistas destes mesmos problemas para a busca de novas soluções; são... todos estes terrenos carecem de outras investigações que busquem outros sentidos para estas conexões de comportamentos e de aspirações sociais.

É, no entanto, de relevar que este clima social geral que favorece o abandono precoce, parece resultar sobretudo da articulação entre um conjunto de agregados familiares pobres, com pais de baixo nível de instrução, de fraco rendimento e pouco escolarizados e um conjunto de empresários que atrai mão-de-obra barata, desqualificada e jovem e que investe num modelo de expansão industrial baseado em modos de produção artesanal e tradicional, na subcontratação familiar e no trabalho à peça.

A resultante desta conjugação constitui um grave problema social que, apesar da sua natureza e das suas consequências, se esconde, as mais das vezes, sob a designação de minoritário, pouco expandido e até em extinção. Mas, como vimos inicialmente, esta não é a realidade. O abandono escolar apesar de continuar em diminuição, ainda atinge, hoje, várias dezenas de milhar de crianças e adolescentes de Portugal, todos os anos.

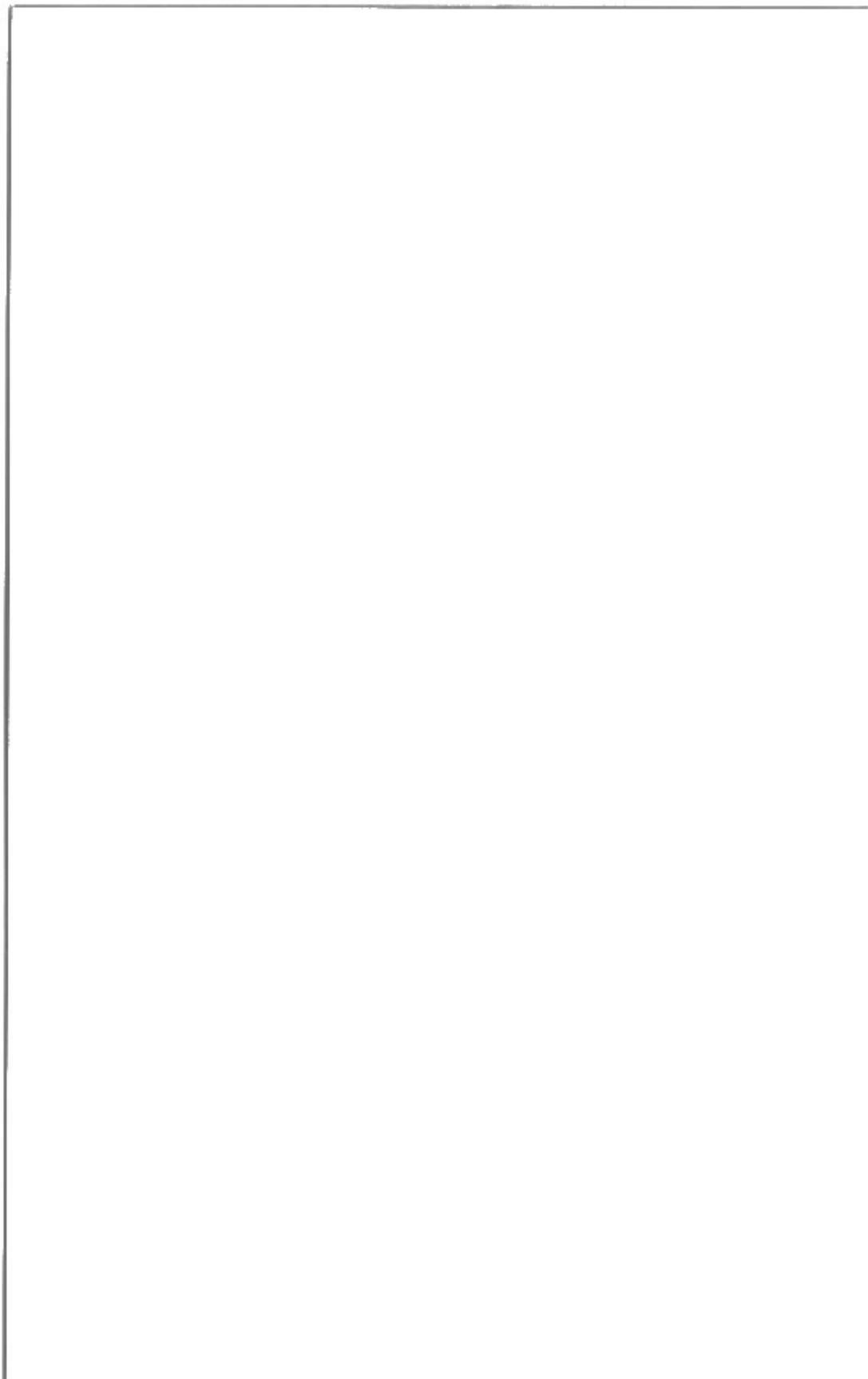
Como referimos inicialmente, importará não tomar isoladamente os "abandonos escolares" na escolaridade obrigatória como o problema a analisar e sobre o qual intervir, mas existe toda a pertinência em o envolver num primeiro círculo mais vasto e igualmente muito problemático das saídas da escola e do sistema de formação inicial sem qualquer qualificação

escolar e profissional e num segundo círculo de saídas sem qualquer qualificação profissional, sobretudo as que se processam ao nível do 9º ano ou do secundário incompleto.

Assiste-se, assim, a uma significativa incongruência entre os discursos oficiais e as práticas sociais destes grupos minoritários. Aqueles discursos dominantes tendem, por outro lado, a sonegar e a subavaliar estas práticas e, por outro, quando as valorizam é para as colocar normalmente no terreno restrito do sistema educativo, tanto as suas causas como as estratégias para a sua superação. Este trabalho ideológico deverá ser fortemente questionado na sua habilidade em escamotear problemas estruturais básicos da economia e da sociedade locais. Na verdade, o problema educativo do abandono escolar, as mais das vezes, representa sobretudo a face reflectida no espelho de um rosto problemático matricial, composto pelo comportamento dos agentes económicos e pelas práticas sociais e culturais de grupos desfavorecidos.

A persistência dos abandonos prematuros e dos fenómenos socioeconómicos e culturais que lhe estão subjacentes vêm sobretudo colocar no fulcro do debate a questão dos processos de mudança social, da formulação e desenvolvimento das políticas sociais públicas e do papel do Estado e dos parceiros sociais no desenvolvimento local.

Por Resolução do Conselho de Ministros, Portugal acaba de criar, em 1998, um Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), uma iniciativa interdepartamental que visa combater o abandono precoce e o trabalho infantil. Mais um passo está dado, portanto. Mas, como oportunamente advogamos (Azevedo, 1996) as políticas públicas, perante a problemática do abandono escolar e da inserção precoce no mercado de trabalho, deveriam equacionar-se no quadro da mobilização local dos actores sociais implicados e da "construção social e local" de pactos sociais, entendidos não como "rosários" de generalidades redigidas em gabinetes da administração pública, mas como reais compromissos estabelecidos entre as partes, após processos de real e lenta negociação social.



BIBLIOGRAFIA

ALVES, Natália - Escola e trabalho: atitudes, projectos e trajectórias. In CABRAL, Manuel Villaverde e PAIS, José Machado. coord. - *Jovens portugueses de hoje*. Lisboa: Celta e Secretaria de Estado da Juventude. 1998.

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE - *Os empresários e o mercado do primeiro emprego. Estratégias de recrutamento*. Porto: Associação Industrial Portuense. 1998.

AZEVEDO, Joaquim - *Ensino básico: deste cais não partiremos*. 1990. Policopiado.

AZEVEDO, Joaquim - Educação e desenvolvimento local ou o romântico poder das escolas fecharem as aldeias. In Pires, Eurico de Lemos. org. - *Educação Básica. Reflexões e Propostas*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. 1996. p. 83 - 108.

AZEVEDO, Joaquim - As transições entre o sistema de educação e formação e a inserção socioprofissional. In CONSELHO Económico Social - *Colóquio sobre o Plano Nacional de Emprego*. Lisboa: Conselho Económico e Social. 1998.

AZEVEDO, Joaquim e AZEVEDO, José Maria - *Estudo das disparidades regionais no acesso aos benefícios da educação na Região do Norte*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte. 1987.

AZEVEDO, Joaquim e CASTANHEIRA, Maria Emília - *Estudo sobre as estratégias para aumentar e melhorar a progressão dos jovens na formação profissional inicial*. Portugal: Programa PETRA. 1994. Policopiado.

AZEVEDO, José Maria. coord. - *Disparidades regionais em educação e formação. A Região do Norte*. Porto: Comissão de Coordenação da Região do Norte. 1996.

BABO, Maria Elisa; AZEVEDO, Joaquim; FERREIRA, José Maria Cabral - *Os abandonos escolares no Vale do Lima. Relatório Provisório*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte. 1983.

BABO, Maria Elisa; AZEVEDO, Joaquim; FERREIRA, José Maria Cabral - *Os abandonos escolares no Vale do Lima (1960 - 1980). Análise das causas e medidas sugeridas*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte. 1983.

BENAVENTE, Ana; CAMPICHE, Jean; SEABRA, Teresa; SEBASTIÃO, João - *Renunciar à Escola. O Abandono escolar no ensino básico*. Lisboa: Fim de Século. 1994.

COMISSÃO Europeia - *Os números-chave da educação na União Europeia 1997*. Bélgica: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1997.

COMMISSION des Communautés Européennes - *La lettre contre l'échec scolaire: un défi pour la construction européenne*. Luxembourg: Office des publications des Communautés Européennes. 1994.

DIÁRIO DA REPÚBLICA - *Abandono precoce da escolaridade obrigatória e ingresso na vida activa. Recomendação nº 1/98 do Conselho Nacional de Educação*. Diário da República, II Série, nº 180, de 6/08/1998.

DUPON, O. e OSSANDON, M. - *Prévenir l'abandon scolaire. Revue Française de Pédagogie*. 1987:81.

EPISCOPADO Português - *Nota Pastoral sobre o Trabalho Infantil*. Lisboa. 1993.

FERRÃO, João e NEVES, António Oliveira - *Caracterização regional dos factores de abandono escolar nos 2º e 3º ciclos do ensino básico*. Lisboa: Programa de Educação para Todos / Ministério de Educação. 1992.

GRÁCIO, Sérgio - *Dinâmicas de escolarização e das oportunidades individuais*. Lisboa: Educa. 1997.

LAGES, Mário - *Os quadro familiar e escolar do abandono escolar precoce do sistema de ensino*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. 1995. Policopiado. Comunicação apresentada a um seminário.

MEIRA, Eduardo et ali - *Educação básica de jovens excluídos: um caminho e as suas encruzilhadas*. Comunicação ao III Congresso da SPCE, Lisboa. 1995. Policopiado.

OKEY, Ted. N. e CUSICK, Philip A. - *Dropping Out: another side of the story. Educational Administration Quarterly*. 31:2 (1995) 244-267.

PIRES, Eurico Lemos - *A arquitectura do sistema escolar português: coerências e incoerências de ontem e de hoje; evolução e modos de escolarização*. In BESSA, Daniel et al. - *Nos 10 anos da Lei de Bases - memórias e projectos*. Porto: Edições ASA, 1997, p. 46 - 68.

SARMENTO, Manuel Jacinto et ali - *A escola e o trabalho em tempos cruzados: a formação de jovens que abandonaram a escolaridade obrigatória*. Braga s/ data. Policopiado.

SOUTO, António; SOUTO, Maria da Glória e AZEVEDO, Joaquim - *A escolaridade e a inserção no mundo do trabalho. Estudo longitudinal no Concelho de Vila Real*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte. 1988.